



**Ministério
da Educação**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Autarquia criada pela Lei Nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008

Campus Colatina – Zona Rural

Rodovia BR – 259, Km 70 – Zona Rural – Caixa Postal – 256 – 29709-910 – Colatina – ES

27 3723 – 1202

EDITAL Nº. 03, DE 06 DE MARÇO DE 2009

RETIFICAÇÃO

RETIFICAÇÃO POSTA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL FRENTE AÇÃO CIVIL PÚBLICA PROCESSO Nº. 2008.50.05.000263-1 EM FACE DO IFES-CAMPUS COLATINA ZONA RURAL E EM CONSONÂNCIA/CONCORDÂNCIA COM A DECISÃO JUDICIAL PROLATADA PELA MERITÍSSIMA JUÍZA FEDERAL DRª. ADRIANA ALVES DOS SANTOS CRUZ E CONFIRMADA PELA 8ª TURMA ESPECIALIZADA DO TRF – 2ª REGIÃO ATRAVÉS DO ACORDÃO PUBLICADO NO DJ FLS 235/246 EM 04.12.2009 – RELATOR JC MARCELO PEREIRA/NO AFAST. RELATOR

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO, tendo em vista a autorização concedida pela Portaria Nº. 370, de 04 de dezembro de 2008, publicada no DOU de 05 de dezembro de 2008, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e a distribuição das autorizações para provimento de vagas pela Portaria Nº. 1.500, de 09 de dezembro de 2008, publicadas no DOU de 10 de dezembro de 2008, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Interino, e de acordo com as normas estabelecidas pela Portaria Nº. 450, de 06 de novembro de 2002, publicada no DOU de 07 de novembro de 2002, torna público a abertura de inscrições em Concurso Público de Provas e Títulos para o provimento de Cargos Efetivos de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, nas Classes discriminadas no item 2.1, e Provas para os Cargos Efetivos de Técnico Administrativos em Educação, nas Classes discriminadas no item 2.3, para o Quadro de Pessoal do Instituto Federal do Espírito Santo - Campus Colatina Zona Rural, sob o regime de que trata a Lei Nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, publicada no Diário Oficial de 12 de dezembro de 1990.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1. O Concurso regido por este Edital será coordenado por comissão nomeada para este fim pelo Diretor Geral do Campus Colatina Zona Rural, que também será a responsável pelo processo de inscrições e será executado por empresa especializada contratada para este fim de acordo com a legislação vigente.

1.2. O Concurso de que trata este Edital compreenderá Prova de Conhecimentos Específicos, Prova Prática de Desempenho Didático e Prova de Títulos para os Cargos Efetivos de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico; e prova de conhecimentos Gerais e Específicos para os Cargos Efetivos de Técnico Administrativos em Educação.

1.3. Os resultados serão divulgados no Quadro de Avisos do IFES - Campus Colatina Zona Rural e no endereço eletrônico <http://www.eafcol.gov.br>.

1.4. A critério do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Campus Colatina Zona Rural, após o preenchimento da(s) vaga(s), poderão ser liberados o(s) candidato(s) aprovado(s) excedentes para serem nomeados em qualquer Instituição da Rede Federal de Ensino do País, desde que haja disponibilidade de vagas.

1.5. A lotação dos candidatos aprovados observará, prioritariamente, a necessidade do serviço.

2. DA DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS PARA, DAS ÁREAS DE ESTUDO, DA TITULAÇÃO EXIGIDA:

2.1 Para Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico o provimento se dará de acordo com as vagas e as Áreas de Estudo relacionadas abaixo:

ÁREA DE ESTUDO	Nº. DE VAGAS	TITULAÇÃO EXIGIDA (Por programa, de acordo com o portal CAPES)
Agroindústria (Processamento de Vegetais, de Leite, de Carne e Microbiologia de Alimentos)	02	Mestrado ou doutorado em programas de Ciências e Tecnologia de Alimentos; Mestrado ou Doutorado em programas de Ciência de Alimentos; Mestrado ou Doutorado em programas de Engenharia de Alimentos; Mestrado ou Doutorado em programa de Microbiologia Agrícola com concentração em Microbiologia de Alimentos.
Zootecnia (Genética e Melhoramento Animal, Parasitologia, Sanidade Animal, Produção Animal)	01	Mestrado ou Doutorado em programas de Genética e Melhoramento Animal; Mestrado ou Doutorado em programas de Zootecnia; Mestrado ou Doutorado em programas de Produção Animal; Mestrado ou Doutorado em programas de Nutrição e Produção Animal; Mestrado ou Doutorado em Ciência Animal.
Zootecnia (Ruminantes e Produção Animal)	01	Mestrado ou Doutorado em programas de Zootecnia; Mestrado ou Doutorado em programas de Produção Animal; Mestrado ou Doutorado em programas de Nutrição e Produção Animal; Mestrado ou Doutorado em Ciência Animal.
Irrigação e Drenagem	01	Mestrado ou Doutorado em programas de Engenharia Agrícola com área de concentração em Irrigação e Drenagem; Mestrado ou Doutorado em programas de Irrigação e Drenagem; Mestrado ou Doutorado em programas de Agronomia (Irrigação e Drenagem);
Construções e instalações Rurais	01	Mestrado ou Doutorado em programas de Engenharia Agrícola com área de concentração em Construções Rurais e Ambiência;
Mecanização Agrícola	01	Mestrado ou Doutorado em programas de Engenharia Agrícola com área de concentração em Mecanização Agrícola ou máquinas e automação Agrícola; Mestrado ou Doutorado em programas de Máquinas Agrícolas
Meteorologia Agrícola	01	Mestrado ou Doutorado em programas de Agronomia (Meteorologia Agrícola); Mestrado ou Doutorado em programas de Engenharia Agrícola.
Agricultura (Melhoramento Genético de Plantas e Produção Vegetal)	01	Mestrado ou Doutorado em programas de Genética e Melhoramento de Plantas; Mestrado ou Doutorado em programa de Agronomia com concentração em Melhoramento Genético de Plantas; Mestrado ou Doutorado em programas de Agronomia com concentração em Produção Vegetal; Mestrado ou Doutorado em programas de Produção Vegetal.
Agricultura (Entomologia, Fitossanidade, Fitopatologia e Produção Vegetal)	01	Mestrado ou Doutorado em programas de Fitopatologia; Mestrado ou Doutorado em programas de Entomologia; Mestrado ou Doutorado em programas de Agronomia com concentração em Fitossanidade; Mestrado ou Doutorado em programas de Agronomia com concentração Produção Vegetal; Mestrado ou Doutorado em programas de Produção Vegetal; Mestrado ou Doutorado em programas de Fitotecnia (Produção Vegetal).
Educação Ambiental(Ecologia, Meio Ambiente, Sustentabilidade e Conservacionismo)	01	Mestrado ou Doutorado em programas de Ecologia e Recursos Naturais; ou Mestrado ou Doutorado em programas de Meio ambiente e Sustentabilidade; Mestrado ou Doutorado em Programas de Engenharia Ambiental; Mestrado ou Doutorado em programas de Ecologia; Mestrado ou Doutorado em programas de Ecologia e Conservação; Mestrado ou Doutorado em programas de Ecologia e Recursos Naturais; Mestrado ou Doutorado em programas de Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável; Mestrado ou Doutorado em programas de Agroecossistemas

Educação (Disciplinas comuns a cursos de licenciatura)	01	Licenciatura com Especialização, ou Mestrado, ou Doutorado em programa de Educação.
Arte/Música	01	Licenciatura em arte e/ou música; Licenciatura plena com habilitação para disciplinas do Ensino Médio (2º Grau).

2.2 Remunerações iniciais mensais brutas para Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico:

Titulação	Classe / Nível	Vencimento Básico	Gratificação Específica de Atividade Docente	Retribuição por Titulação	Auxílio Alimentação
Graduação	D / I / 01	R\$ 1.115,02	R\$ 1.009,18	-	R\$ 126,00
Aperfeiçoamento	D / I / 01	R\$ 1.115,02	R\$ 1.009,18	R\$ 54,25	R\$ 126,00
Especialização	D / I / 01	R\$ 1.115,02	R\$ 1.009,18	R\$ 82,09	R\$ 126,00
Mestrado	D / I / 01	R\$ 1.115,02	R\$ 1.009,18	R\$ 427,14	R\$ 126,00
Doutorado	D / I / 01	R\$ 1.115,02	R\$ 1.009,18	R\$ 1.418,55	R\$ 126,00

2.3. Para Técnico Administrativo em Educação o provimento se dará de acordo com as vagas e as Áreas de Estudo relacionadas abaixo:

CARGOS	REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO PARA INGRESSO NO CARGO	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO/NÍVEL DE CAPACITAÇÃO/PADRÃO DE VENCIMENTOS INICIAIS E REMUNERAÇÃO INICIAL	Nº. DE VAGAS
Assistente de Aluno	Ensino Médio Completo + experiência de 6 meses	C / I / 01	01
Técnico em Agropecuária	Médio Profissionalizante em Agroindústria ou Agropecuária; ou Médio completo + Curso Técnico em Agroindústria ou Agropecuária	D / I / 01	02
Economista Doméstico	Curso Superior em Economia Doméstica	E / I / 01	01
Médico Veterinário	Curso Superior em Medicina Veterinária	E / I / 01	01
Odontólogo	Curso Superior em Odontologia	E / I / 01	01
Técnico em Assuntos Educacionais	Curso Superior de pedagogia ou Licenciatura	E / I / 01	01
Engenheiro de Pesca	Curso Superior em Engenharia de Pesca	E / I / 01	01

2.4 Remunerações iniciais mensais brutas para Técnicos Administrativos em Educação:

Classe / Nível	Vencimento Básico *	Auxílio Alimentação
E / I / 01	R\$ 2.307,85	R\$ 126,00
D / I / 01	R\$ 1.509,69	R\$ 126,00
C / I / 01	R\$ 1.264,99	R\$ 126,00

* A partir de 1º de julho de 2009

2.5. No momento da posse o candidato deverá apresentar o registro no Conselho competente para os cargos que a lei 11.091/05 exigir tal obrigatoriedade como requisito para ingresso no cargo.

3 – DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

3.1. As pessoas portadoras de deficiência, amparadas pelo artigo 37, inciso VIII, da Constituição Federal e pelo artigo 5º, parágrafo 2º, da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, serão reservadas 5% das vagas para cada cargo elencado no item 2, e das que vierem a surgir durante o processo de validade do concurso.

3.1.1. Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 2.5 resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que não ultrapasse a 20% das vagas oferecidas, nos termos do parágrafo 2º do artigo 5º da Lei Nº. 8.112/90.

3.1.2. Somente haverá reserva imediata de vagas para os candidatos portadores de deficiência nos cargos com número de vagas igual ou superior a 2.

3.1.3. Caso o primeiro provimento seja destinado a apenas uma vaga, o que ocorre com a maior parte das vagas do concurso, esta deverá ser preenchida pelo candidato melhor qualificado na lista geral. Assim, a próxima vaga que venha a surgir, deverá, necessariamente, ser destinada ao primeiro candidato que figure na lista de candidatos com deficiência.

3.1.4. O candidato que se declarar portador de deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.2. Para concorrer a uma das vagas destinadas aos portadores de deficiência, o candidato deverá:

a) No ato da inscrição, declarar-se portador de deficiência.

b) Encaminhar laudo médico original ou cópia autenticada, emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referencia ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID – 10), bem como a provável causa da deficiência, na forma do subitem 3.2.1.

3.2.1. O candidato portador de deficiência deverá entregar até o dia **19 de janeiro de 2010** das 7 horas e 30 minutos às 10 horas e 30 minutos e das 12 horas às 15 horas e 30 minutos (exceto sábados, domingos e feriados), pessoalmente ou por terceiro, o laudo médico (original ou cópia autenticada) a que se refere à alínea “b” do subitem 3.2 e cópia simples do CPF no Gabinete do Ifes – Campus Colatina Zona Rural, no endereço BR 259, Km 70, Agrícola, Antiga Escola Agrotécnica Federal de Colatina, no Prédio Administrativo.

3.2.1.1. O candidato poderá ainda encaminhar o laudo médico (original ou cópia autenticada) a que se refere a alínea “b” do subitem 3.2 e a cópia do CPF, via SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento, postado impreterivelmente até **19 de janeiro de 2010**, para a Comissão Responsável pelo Concurso Público Nº. 003/2009, Ifes – Campus Colatina Zona Rural, no endereço BR 259 – Km 70, Bairro Agrícola, Colatina, Espírito Santo, Caixa Postal 256, Cep.: 29.709-910.

3.2.1.2. O fornecimento da cópia simples do CPF e do laudo médico (original ou cópia autenticada), por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. O Ifes – Campus Colatina Zona Rural não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada da cópia simples do CPF e do laudo médico a seu destino.

3.2.2. O laudo médico (original ou cópia autenticada) e a cópia simples do CPF valerão somente para este concurso, não serão devolvidos e não serão fornecidas cópias desses documentos.

3.3. O candidato portador de deficiência poderá requerer, na forma do subitem 6.16 deste edital, atendimento especial, no ato da inscrição, para o dia da realização das provas, indicando as condições de que necessita para a realização destas, conforme previsto no artigo 40, parágrafo 1º e 2º, do Decreto Nº. 3.298/99 e suas alterações.

3.4. A relação dos candidatos que tiverem a inscrição deferida para concorrer na condição de portadores de deficiência será divulgada na internet, no endereço eletrônico <http://www.eafcol.gov.br>, por ocasião da divulgação das listas de inscrições homologadas para este concurso.

3.4.1. O candidato poderá contestar o indeferimento, pessoalmente, através de documento protocolado no Gabinete do IFES – Campus Itapina, ou por meio do fax (27) 3723-1286, do e-mail concurso.itapina@ifes.edu.br, ou via SEDEX, à Comissão Responsável pelo Concurso Público Nº. 003/2009, do IFES – Campus Colatina Zona Rural, Colatina – ES, Cep. 29.709-910, CP.: 256, do dia 29 a 30/12/2009 com postagem impreterivelmente até **27 de janeiro de 2010**. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

3.5. A inobservância do disposto no subitem 3.2. acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas a candidatos em tal condição e o indeferimento ao atendimento especial a que se refere o subitem 3.3 deste edital.

3.6. Os candidatos que se declararem portadores de deficiência, caso aprovados na primeira etapa do concurso, serão convocados antes da posse para submeterem-se à perícia médica, realizada em Vitória/ES, que verificará sua qualificação como portador de deficiência, nos termos do artigo 43 do Decreto Nº. 3298/99 e suas alterações, e a compatibilidade de sua deficiência com o exercício normal das atribuições do cargo.

3.6.1. Compete a junta médica, designada pelo Ifes – Campus Colatina Zona Rural, a qualificação do candidato como portador de deficiência, nos termos das categorias definidas pela legislação vigente sobre a matéria.

3.6.2. Incumbe a equipe multiprofissional integrada por seis servidores, sendo um deles médico, a aferição da compatibilidade entre a deficiência diagnosticada pela junta médica e o exercício normal das atribuições do cargo.

3.7. Os candidatos deverão comparecer a perícia médica munidos de laudo médico que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID – 10), conforme especificado no Decreto Nº. 3.298/99 e suas alterações, bem como à provável causa da deficiência.

3.8. A não observância do disposto no subitem 3.7, a reprovação na perícia médica ou o não comparecimento à perícia acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos portadores de deficiência.

3.9. O candidato portador de deficiência reprovado na perícia médica por não ter sido considerado deficiente, caso seja aprovado no concurso, figurará na lista de classificação geral no cargo/área/especialidade e, quando for o caso, orientação ao qual concorre.

3.10. O candidato portador de deficiência reprovado na perícia médica em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo será eliminado do concurso.

3.11. Os candidatos que, no ato da inscrição, se declarar portador de deficiência, se considerados portadores de deficiência e não eliminados na primeira fase do concurso, terão seus nomes publicados em lista à parte e figurarão também em lista de classificação geral no cargo/área/especialidade e, quando for o caso, orientação ao qual concorrem.

3.11.1. O candidato qualificado pela perícia médica como portador de deficiência, não eliminado na primeira fase do concurso e que figure na lista de classificação geral dentro do número de vagas destinadas à ampla concorrência permanecerá concorrendo às vagas reservadas aos portadores de deficiência.

3.12. As vagas definidas no subitem 3.1 que não forem providas por falta de candidatos portadores de deficiência aprovados serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação em cargo/área/especialidade e, quando for o caso, orientação elencado no item 2.

4. DO REGIME DE TRABALHO:

4.1. O Regime de Trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais em horário a ser definido de acordo com interesse da administração, exceto para o cargo de Médico Veterinário que a carga horária será de 20(vinte) horas semanais em horário a ser definido de acordo com interesse da administração e para os cargos de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico poderão, a critério da administração ser alterados para Dedicção Exclusiva, de acordo com a necessidade.

4.2. A jornada de trabalho poderá ocorrer em turnos diurnos ou noturnos de acordo com os cursos ministrados e as necessidades da Instituição.

5. DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO:

5.1. O candidato aprovado no processo seletivo de que trata este Edital será investido no cargo se atendidas às seguintes exigências:

a) ser brasileiro nato ou naturalizado ou, ainda, no caso de ter nacionalidade estrangeira, apresentar comprovante de permanência definitiva no Brasil;

b) gozar dos direitos políticos;

c) estar quite com as obrigações eleitorais;

d) estar quite com as obrigações do Serviço Militar (para os candidatos do sexo masculino);

e) possuir a titulação exigida de acordo com a Área de Estudo;

f) ter idade mínima de 18 anos;

g) estar registrado no conselho regional da classe (quando couber);

h) não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidade incompatível com a investidura em cargo público federal, prevista no artigo 137, parágrafo único, da Lei Nº. 8.112/90;

i) não receber proventos de aposentadoria que caracterizem acumulação ilícita de cargos, na forma do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal;

j) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, conforme artigo 14, parágrafo único, da Lei 8.112/90;

k) apresentar os documentos originais relacionados anteriormente entre outros que serão requeridos na ocasião da posse.

5.2. A acumulação de cargos somente será permitida àqueles casos estabelecidos na Constituição Federal, na Lei Nº. 8.112/90 e Parecer AGU GQ Nº. 145/98, não podendo o somatório da carga horária dos cargos acumulados ultrapassarem 60 horas semanais, respeitada a compatibilidade de horários.

6. DAS INSCRIÇÕES:

As inscrições para o Concurso Público serão realizadas, conforme discriminação abaixo:

6.1. Somente serão admitidas inscrições via Internet, no endereço eletrônico <http://www.eafcol.gov.br>, solicitadas no período de **04 de janeiro de 2010 até as 16h de 15 de janeiro de 2010**. Após esse período, o sistema travará automaticamente, não sendo permitidas novas inscrições.

6.2. Para os candidatos que não tiverem acesso à Internet, o Campus Colatina Zona Rural disponibilizará computador conectado à Internet, do dia **04 de janeiro de 2010 a 15 de janeiro de 2010, das 9h às 15h30min (exceto sábados, domingos e feriados)**, no Ifes – Campus Colatina Zona Rural, BR 259 – Km 70, Bairro Agrícola, Antiga Escola Agrotécnica Federal de Colatina, no Prédio Administrativo, na Coordenadoria Geral de Recursos Humanos.

6.3. O valor da taxa de inscrição, a ser pago por intermédio de GRU nas agências do Banco do Brasil S/A, até o dia **18 de janeiro de 2010**, é de:

a) R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para os cargos de nível C; R\$ 50,00 (cinquenta reais) para os cargos de nível D; e de R\$70,00 (setenta reais) para os cargos de nível E de Técnico Administrativo em Educação.

b) R\$ 70,00 (setenta reais) para os cargos de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

6.4. Não haverá, em hipótese alguma, restituição do valor da taxa de inscrição.

6.5. É vedada a inscrição condicional.

6.6. Haverá isenção do valor da taxa de inscrição aos candidatos que se declararem impossibilitados de arcar com o pagamento da mesma e que comprovem renda familiar mensal igual ou inferior a três salários mínimos, observados os demais requisitos estabelecidos neste edital.

6.6.1. A relação dos candidatos que tiverem deferidos seus pedidos de isenção de taxa de inscrição será publicada no endereço eletrônico: <http://www.eafcol.gov.br> no dia **31 de dezembro de 2009**.

6.7. Para efetivar a inscrição o candidato deverá:

6.7.1. acessar o endereço eletrônico: <http://www.eafcol.gov.br>;

6.7.2. preencher integralmente a ficha de inscrição;

6.7.3. gerar a GRU (Guia de Recolhimento da União), a ser obtida no endereço eletrônico https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp. Para tanto deverão ser informados:

a) código de recolhimento: 28883-7;

b) referência: número da inscrição;

c) competência: 05/2009;

d) vencimento: data do recolhimento;

e) CPF do(a) candidato(a);

f) UG/Gestão: 153221 / 26313;

g) valor do recolhimento, de acordo com item 5.3.

h) nome completo do(a) candidato(a);

6.7.4. Imprimir GRU Simples;

6.7.5. Efetuar o pagamento da taxa de inscrição com valor de acordo com o item 6.3 do edital, mediante a GRU gerada pelo sistema. Esse pagamento poderá ser efetuado somente nas agências do Banco do Brasil/SA (observado o horário de atendimento externo das agências), em postos de auto-atendimento ou via internet.

6.8. O comprovante da taxa, a ser pago por intermédio de GRU nas agências do Banco do Brasil, deverá ser apresentado, devidamente autenticado, para confirmar a inscrição na Coordenadoria de Recursos Humanos do IFES – Campus Colatina Zona Rural, até o dia **19 de janeiro de 2010**, das 7 horas e 30 minutos às 10 horas e 30 minutos e das 12 horas às 15 horas e 30 minutos (exceto sábados, domingos e feriados), no seguinte endereço: BR 259 – Km 70, Bairro Agrícola, Antiga Escola Agrotécnica Federal de Colatina, no Setor de Recursos Humanos no Prédio Administrativo.

6.9. O candidato poderá enviar o comprovante de pagamento da taxa de inscrição (GRU) através dos Correios, remetendo-o por SEDEX à Comissão Responsável pelo Concurso Público Nº. 003/2009, do Ifes – Campus Colatina Zona Rural, Colatina – ES, Cep. 29.709-910, CP.: 256, postado, impreterivelmente, até o dia **19 de janeiro de 2010**.

6.10. As inscrições somente serão homologadas após a comprovação do pagamento da taxa de inscrição pelo IFES– Campus Colatina Zona Rural.

6.11. A homologação das inscrições estará disponível no endereço eletrônico <http://www.eafcol.gov.br> a partir do dia **25 de janeiro de 2010**.

6.12. As solicitações de inscrição, cujos pagamentos forem efetuados após a data estabelecida no item 6.3, não serão acatadas.

6.13. O Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Colatina Zona Rural não se responsabiliza pela solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

6.14. É de exclusiva responsabilidade do candidato a informação dos dados cadastrais exigidos no ato de inscrição, sob as penas da lei, pois fica subentendido que, no referido ato, o mesmo tenha o conhecimento pleno do presente Edital e a ciência de que preenche todos os requisitos.

6.15. Será admitido o pedido de homologação de inscrição por terceiros, mediante procuração do interessado e apresentação do comprovante original do pagamento da taxa de inscrição (GRU) acompanhada de fotocópia autenticada de documento oficial de identidade. O procurador poderá ainda apresentar o documento original de identidade do candidato e fotocópia legível do documento oficial de identidade. A procuração e a fotocópia do documento oficial de identidade do candidato serão retidas. Não será necessário o reconhecimento de firma na procuração.

6.16. O candidato, portador de deficiência, que necessitar de condições especiais para a realização das provas, deverá solicitá-la formalmente, no ato da inscrição, indicando claramente quais os recursos especiais básicos necessários.

6.17. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar acompanhante que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança.

6.18. A solicitação de condições especiais será atendida, segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

6.19. Não serão aceitas as solicitações de inscrição que não atenderem rigorosamente ao estabelecido neste edital.

6.20. A efetivação da inscrição implica na aceitação tácita das condições fixadas para a realização do Concurso, não podendo, portanto, sob hipótese alguma, alegar desconhecimento das normas estabelecidas no presente Edital.

6.21. As informações prestadas na Ficha de Inscrição serão de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), dispondo o IFES – Campus Colatina Zona Rural do direito de eliminá-lo(a) do Concurso Público se o preenchimento for feito com dados incorretos, bem como se for constatado, posteriormente, serem estas informações inverídicas.

6.22. O(A) candidato(a) somente será considerado(a) inscrito neste Concurso Público após ter cumprido todas as instruções descritas no item 6 deste Edital e em todos os seus subitens.

6.23. A publicação da relação de candidatos por vaga e dos locais de prova estarão disponíveis no endereço eletrônico <http://www.eafcol.gov.br> a partir do dia **31 de janeiro de 2010**.

6.24. Fica garantida participação dos candidatos já inscritos no presente Concurso Público, cujas fases foram suspensas por decisão judicial, desde que suas inscrições tenham sido homologadas e publicadas no endereço eletrônico <http://www.eafcol.gov.br> na data de 15 de junho de 2009, devendo os mesmos encaminhar cópia do Documento de Identidade com informações referentes a vaga pretendida para o endereço e dentro do prazo estipulado pelo subitem 6.8 deste Edital.

6.24.1 Os candidatos de que tratam este subitem poderão, caso desistam de participar deste certame, solicitar o ressarcimento da taxa de inscrição protocolando formulário próprio no Gabinete do IFES – Campus Colatina Zona Rural.

7. DA ESTRUTURA DO CONCURSO PÚBLICO:

7.1. Para provimento de cargo efetivo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Campus Colatina Zona Rural.

7.1.1. O Concurso Público será realizado em 03 (três) fases distintas:

- a) Prova Escrita de múltipla escolha (classificatória e eliminatória);
- b) Prova de Desempenho Didático (classificatória e eliminatória);
- c) Prova de Títulos (classificatória).

7.1.2.. A cada uma das fases será atribuída uma pontuação de zero a cem pontos.

7.2. Para provimento de cargo efetivo de Técnico em Administração em Educação para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Campus Colatina Zona Rural:

7.2.1. O Concurso constará de Prova Escrita de múltipla escolha (eliminatória e classificatória).

8. DA PROVA ESCRITA:

8.1. Para provimento de cargo efetivo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Campus Colatina Zona Rural:

8.1.1. A Prova Escrita constará de 40 (quarenta) questões objetivas e será realizada no dia **28 de fevereiro de 2010** com **início às 13 horas e duração de 4 horas**. Todas as questões versarão sobre os assuntos específicos de cada Área de Estudo, definidos no Anexo IV deste Edital.

8.1.2. Cada questão da prova escrita terá o valor fixo de 2,5 pontos totalizando 100 pontos.

8.2. Para provimento de cargo efetivo de Técnico em Administração em Educação para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Campus Colatina Zona Rural:

8.2.1 A Prova Escrita constará de 40 (quarenta) questões objetivas e será no dia **28 de fevereiro de 2010** com **início às 13 horas e duração de 4 horas**.

8.2.2 A Prova Escrita de múltipla escolha para os cargos de Nível C, Nível D e Nível E constarão de questões de Língua Portuguesa, Matemática, Informática e Conhecimentos Específicos, de acordo com programa definido no Anexo VI deste edital, distribuídas da seguinte forma:

DISCIPLINA	QUESTÕES	PONTUAÇÃO	VALOR DE CADA QUESTÃO
Língua Portuguesa	07	17,5	2,5 pontos
Matemática	07	17,5	2,5 pontos
Informática	07	17,5	2,5 pontos
Conhecimentos Específicos	19	47,5	2,5 pontos

8.3. Não será admitido na sala de provas, o candidato que se apresentar após o início da prova, nem haverá segunda chamada de provas, seja qual for o motivo alegado.

8.4. Não será permitida qualquer forma de consulta, salvo em situações expressamente autorizadas pela Comissão, conforme especificidade da área/disciplina.

8.5. Será eliminado do certame o candidato que não atingir o mínimo de **50% (cinquenta por cento)** do total de pontos.

8.6. Não será atribuído valor à questão que, no gabarito, contiver rasuras ou emendas.

8.7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário do início da prova, munido de documento de identidade original com foto e caneta esferográfica (tinta azul ou preta).

8.8. A lista das salas de realização da Prova Escrita estará disponível nos murais da Portaria do Prédio Administrativo e do Prédio Pedagógico do Ifes – Campus Colatina Zona Rural e no endereço eletrônico <http://www.eafcol.gov.br>, a partir do dia **31 de janeiro de 2010**.

8.9. O candidato só poderá retirar-se do local de prova com o caderno de prova depois de transcorridas 1 hora e 30 minutos de prova.

8.10. O gabarito preliminar da Prova Escrita estará disponível no endereço eletrônico <http://www.eafcol.gov.br> até 15 (quinze) horas após a realização da mesma.

8.11. Facultar-se-á ao candidato dirigir-se à Comissão encarregada pelo Concurso Público, mediante requerimento devidamente fundamentado e protocolado no Gabinete do IFES-Campus Colatina Zona Rural, um único recurso, relacionado à formulação de questões da prova, no período **de 01 a 03 de março de 2010** conforme modelo constante do Anexo II.

8.12. Serão indeferidos, sumariamente, todos os recursos interpostos fora do prazo estabelecido no item anterior.

8.13. O resultado do recurso estará à disposição do interessado no dia **08 de março de 2010**, no Gabinete do IFES – Campus Colatina Zona Rural.

8.14. O gabarito final da Prova Escrita estará disponível no endereço eletrônico <http://www.eafcol.gov.br> a partir do dia **28 de fevereiro de 2010**.

8.15. Será **responsabilidade exclusiva** do candidato a identificação correta de seu local de prova e o comparecimento no horário determinado.

9. DA PROVA DE DESEMPENHO DIDÁTICO:

9.1. Prestarão Prova de Desempenho Didático, por vaga oferecida em cada Área de Estudo, os 4 (quatro) candidatos ao cargo efetivo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico que obtiverem a maior pontuação na Prova Escrita, em ordem crescente de classificação.

9.1.1. Caso haja candidatos aprovados para esta fase, portador de deficiência, seu nome constará da lista geral e da lista específica para portadores de deficiências.

9.2. Em caso de empate na quarta colocação na Prova Escrita, serão convocados todos os candidatos que obtiverem a mesma pontuação.

9.3. A convocação para a Prova de Desempenho Didático estará disponível no endereço eletrônico <http://www.eafcol.gov.br> a partir de **08 de março de 2010**.

9.4. A Prova de Desempenho Didático acontecerá no período de **15 a 19 de março de 2010**.

9.5. O calendário da Prova de Desempenho Didático será afixado nos Murais da Portaria do Prédio Administrativo e do Prédio Pedagógico do IFES – Campus Colatina Zona Rural e divulgado no endereço eletrônico: <http://www.eafcol.gov.br>, após a divulgação do resultado da Prova Escrita. Deste calendário constará, o local, a data e o horário da prova de cada candidato aprovado para esta etapa do concurso.

9.6. A Prova de Desempenho Didático será realizada no IFES – Campus Colatina Zona Rural.

9.7. O ponto para a prova de Desempenho Didático será o mesmo para todos os candidatos de cada Área de Estudo, definidos neste edital, no anexo III.

9.8. A Prova de Desempenho Didático consistirá em uma aula de 45 (quarenta e cinco) minutos, de acordo com os seguintes dispositivos:

a) antes do início da aula, o candidato entregará à Banca Examinadora o seu plano de aula, em 4 (quatro) vias;

b) preleção sobre tema comum em 45 (quarenta e cinco) minutos ministrado pelo candidato perante a correspondente Banca Examinadora, que será composta por dois professores da área específica a que o candidato está concorrendo e por um pedagogo;

c) Não será permitida a presença, no recinto da prova, dos demais candidatos;

d) essa aula poderá ser presenciada por alunos e/ou servidores do Ifes – Campus Colatina Zona Rural, ou por outros que assim o desejarem com observância das cautelas mínimas necessárias ao seguro e tranquilo seguimento do concurso.

9.9. O candidato deverá protocolar no Gabinete do Ifes – Campus Colatina Zona Rural, com antecedência de no mínimo 24 horas, o pedido dos recursos necessários ao desenvolvimento de sua Prova de Desempenho Didático. Este

recurso será encaminhado ao Presidente da Comissão responsável pelo Concurso que informará da disponibilidade ou não dos mesmos.

9.10. No caso dos recursos didáticos de que o candidato pretenda fazer uso durante a aula e que não forem disponíveis pelo Ifes – Campus Colatina Zona Rural, estes deverão ser por ele mesmo providenciado e instalado, sob sua responsabilidade.

9.11. O candidato deverá se apresentar para a Prova de Desempenho Didático munido de documento oficial com foto.

9.12. Será habilitado na Prova de Desempenho Didático o candidato que obtiver, no mínimo, 60 (sessenta) pontos.

9.11. Facultar-se-á ao candidato dirigir-se à Comissão encarregada pelo Concurso Público, mediante requerimento devidamente fundamentado e protocolado no Gabinete do Ifes-Campus Colatina Zona Rural, um único recurso, relacionado à avaliação da prova de desempenho didático, no período **de 23 a 25 de março de 2010** conforme modelo constante do Anexo II.

10. DA PROVA DE TÍTULOS:

10.1. A titulação deverá ser entregue pelos candidatos ao cargo efetivo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, aprovados para a Prova de Desempenho Didático, no período de **15 a 19 de março de 2010**, em envelope lacrado, no Prédio Administrativo, na Coordenadoria Geral de Recursos Humanos – CGRH do IFES – Campus Colatina Zona Rural, BR 259 – Km 70, Zona Rural, Antiga Escola Agrotécnica Federal de Colatina, Colatina – ES, não podendo em hipótese alguma ocorrer a anexação ou substituição de quaisquer documentos fora do período estabelecido para a entrega dos títulos.

10.2. Somente serão avaliados os Títulos dos candidatos habilitados na Prova de Desempenho Didático.

10.3. Caso haja dúvidas quanto à veracidade, ou informações insuficientes de títulos apresentados, a Comissão de análise os desconsiderará.

10.4. Será atribuída nota zero à prova de títulos do candidato que não entregar seus títulos na forma, no período ou no local estabelecidos, não caracterizando este fato sua eliminação do certame.

10.5. A quantidade máxima de títulos a serem considerados obedecerá estritamente o especificado no item **10.10** deste edital, mesmo que o candidato tenha quantidades de formação superior ao previsto.

10.6. Os diplomas e/ou certificados em língua estrangeira somente serão válidos se acompanhados de tradução feita por Tradutor Juramentado.

10.7. Os títulos deverão ser entregues em envelope lacrado, seguindo rigorosamente a ordem prevista no item **10.10**, acompanhados do anexo VII preenchido, datado e assinado pelo candidato.

10.8. Os títulos a que se referem as alíneas "e", "f", "g" e "h" do item **10.10** só serão considerados se deles constar a carga horária da atividade.

10.9. Os títulos a que se referem as alíneas "a" e "b" do item **10.10** só serão válidos, se acompanhados do número do parecer do Conselho Nacional de Educação que credenciou os respectivos cursos.

10.10. Segue a ordem em que os títulos deverão ser apresentados, a quantidade máxima, os valores a serem atribuídos por título e a pontuação máxima a ser alcançada:

TÍTULOS				
	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE E MÁXIMA	VALOR DE PONTOS POR TÍTULO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
a.	Certificado de Curso de Doutorado, em área afim da Disciplina ou em Educação, obtido em Curso credenciado pelo CNE, ou, quando estrangeiro, devidamente revalidado	01 Certificado	20	20
b.	Certificado de Curso de Mestrado, em área afim da Disciplina ou em Educação, obtido em Curso credenciado pelo CNE, ou, quando estrangeiro, devidamente revalidado		15	15
c.	Certificado e histórico de Curso de Pós-Graduação "Lato Sensu", em área afim da Disciplina ou em Educação, obtido em Curso que atenda às prescrições da Resolução N°.		10	10

	01/2007 de CNE, ou, quando estrangeiro, devidamente revalidado			
d.	Habilitação específica obtida em Curso de Graduação relacionada com a Disciplina		10	10
e.	Certificados de participação em Cursos, relacionados com a Disciplina ou em Educação, com carga horária igual ou superior a 180 (cento e oitenta) horas		02	02
f.	Certificados de participação em Cursos, relacionados com a Disciplina ou em Educação, com carga horária de 80 (oitenta) a 179 (cento e setenta e nove) horas	02 Certificados	01 para cada	02
g.	Certificados de participação em Cursos, relacionados com a Disciplina ou em Educação, com carga horária de 40 (quarenta) a 79 (setenta e nove) horas	02 Certificados	0,5 para cada	01
h.	Ministração de Cursos, Palestras, Workshop e Oficinas, relacionados com a Disciplina ou com Educação, com carga horária igual ou superior a 08 (oito) horas	03 Declarações	01 para cada	03
i.	Declaração de Monitoria ou Tutoria relacionada com a área objeto do Concurso ou em Educação, com carga horária acima de 100 horas	03 Declarações	01 para cada	03
j.	Declaração de Estágio relacionado com a área objeto do Concurso ou em educação, com carga horária acima de 100 horas e com descrição das atividades; 01 (um ponto) por estágio	02 Declarações	01 para cada	02
k.	Orientação de Trabalho de Alunos (tese de doutorado, dissertação de mestrado, iniciação científica, projeto final de graduação ou monografia de especialização)	04 Declarações	0,5 para cada	02
l.	Publicação em periódico especializado nacional ou internacional com ISSN/IBCT, relacionada com a Disciplina ou com Educação, apresentando cópia da capa da revista, da ficha catalográfica, do índice ou sumário e da primeira página do artigo (onde conste o nome do candidato)	02 Publicações	02 para cada	04
m.	Publicação de artigos ou resumos em anais de congresso	02 Publicações	0,5 para cada	01
n.	Livro editado relacionado com a área objeto do Concurso ou com Educação, com ISBN		Serão atribuídos 04 (quatro) pontos, no caso de o candidato ser o único autor, ou esse número de pontos dividido pelo número de coautores	04
o.	Comprovante de aprovação em concurso público na área de ensino através de cópia da publicação no Diário Oficial	02 Comprovantes	0,5 para cada	01
p.	Atestado de exercício profissional comprovado através de Declaração da Instituição, constando dia, mês e ano de início e término do contrato. Em caso de contrato vigente, será considerada a data em que a declaração foi emitida. Não será aceita a cópia da carteira de trabalho	10 Anos	02 (dois) pontos por ano ou fração superior a 06 (seis) meses, até o máximo de 20 (vinte) pontos para o exercício profissional de Magistério na Área Específica, objeto do concurso	20
q.	Atestado de exercício profissional comprovado através de Declaração da	20 Anos	01 (um) ponto por ano ou fração superior a 06 (seis)	20

	Instituição, constando dia, mês e ano de início e término do contrato. Em caso de contrato vigente, será considerada a data em que a declaração foi emitida. Não será aceita a cópia da carteira de trabalho		meses, até o máximo de 20 (vinte) pontos, para o exercício profissional de magistério, professor instrutor ou regente de classe	
r.	Atestado de exercício profissional comprovado através de Declaração da Instituição, constando dia, mês e ano de início e término do contrato. Em caso de contrato vigente, será considerada a data em que a declaração foi emitida. Não será aceita a cópia da carteira de trabalho	20 Anos	01 (um) ponto por ano ou fração superior a 06 (seis) meses, até o máximo de 20 (vinte) pontos, se o exercício profissional não for de Magistério, professor, instrutor ou regente de classe, mas estiver relacionado com a Área/Disciplina	20

10.11. No caso do candidato ter exercido atividades profissionais em mais de um dos três tipos citados nas alíneas **p**, **q**, **r** do item **10.10**, em um mesmo período, será considerado apenas o de maior peso. Não será contabilizado o tempo concomitante.

10.12. Não serão aceitos comprovantes de aprovação em Processo Seletivo Simplificado.

10.13. O resultado preliminar da Prova de Títulos estará disponível no endereço eletrônico <http://www.eafcol.gov.br> a partir do dia **22 de março de 2010**.

10.14. Facultar-se-á ao candidato dirigir-se à Comissão encarregada pelo Concurso Público, mediante requerimento devidamente fundamentado e protocolado no Gabinete do IFES-Campus Colatina Zona Rural, um único recurso, relacionado à prova de títulos, no período de **23 a 25 de março de 2010** conforme modelo constante do Anexo II.

10.13. O resultado final da Prova de Títulos estará disponível no endereço eletrônico <http://www.eafcol.gov.br> a partir do dia **29 de março de 2010**.

11. DO RESULTADO FINAL:

11.1. A nota final dos candidatos ao cargo efetivo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico será obtida pela média ponderada das três provas, considerando-se os seguintes pesos:

- a) Prova Escrita - peso 3;
- b) Prova de Desempenho Didático - peso 4;
- c) Prova de Títulos - peso 3.

11.2. Em caso de empate entre dois ou mais candidatos ao cargo efetivo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, terá preferência, para efeito de desempate:

- a) candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, nos termos do parágrafo único do art. 27 da Lei Federal Nº. 10.741/2003, entre si e frente aos demais, será dada preferência ao de idade mais elevada;
- b) maior titulação;
- c) maior nota na prova de conhecimentos específicos;
- d) maior nota na prova didática;
- e) maior nota na prova de títulos;
- f) maior tempo de exercício no magistério.

11.3. Os candidatos aprovados para o cargo efetivo de Técnico Administrativo em Educação serão classificados em ordem decrescente, de acordo com o total de pontos obtidos.

11.4. Em caso de empate entre dois ou mais candidatos para o cargo efetivo de Técnico Administrativo em Educação, terá preferência, para efeito de desempate:

- a) candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, nos termos do parágrafo único do art. 27 da lei Federal Nº. 10.741/2003, entre si e frente aos demais, será dada preferência ao de idade mais elevada;

- b) aquele que obtiver maior pontuação na parte de Conteúdos Específicos;
- c) aquele que obtiver maior pontuação na parte de Português;
- d) aquele que obtiver maior pontuação na parte de Informática;
- e) aquele que obtiver maior pontuação na parte de Matemática.

11.5. O resultado final do concurso estará disponível no endereço eletrônico <http://www.eafcol.gov.br> a partir do dia **31 de março de 2010**.

11.6. Será homologada, no Diário Oficial da União, a relação de todos os candidatos aprovados para cada cargo, respeitada a ordem de classificação a partir do dia **31 de março de 2010**.

12. DO PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO:

11.1. O Concurso terá validade de 01 (um) ano, a contar da data de publicação da homologação do resultado final no Diário Oficial da União, conforme consta do Decreto N°. 4.175, de 27 de março de 2002, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante ato próprio da autoridade competente.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

13.1. O presente Edital está disponível no sítio do IFES – Campus Colatina Zona Rural: <http://www.eafcol.gov.br> e estará disponível para consulta no local da inscrição.

13.2. A falsidade de afirmativas e/ou de documentos, ainda que verificada posteriormente à realização do Concurso, implicará a eliminação sumária do candidato. Serão declarados nulos de pleno direito a inscrição e a todos os atos posteriores dela decorrentes, sem prejuízos de eventuais sanções de caráter judicial.

13.3. Será excluído, por decisão da Comissão encarregada pelo Concurso Público, o candidato que:

- a) for surpreendido em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma durante a realização da Prova Escrita;
- b) utilizar-se de livros, códigos, impressos e similares, "pagers", telefones celulares ou qualquer tipo de material de consulta durante a Prova Escrita, exceto o previsto no item **8.4**.
- c) faltar a qualquer uma das provas eliminatórias.

13.4. O candidato aprovado será convocado para a posse, seguindo a ordem classificatória, por correspondência direta para o endereço constante da solicitação de inscrição, obrigando-se a declarar, por escrito, se aceita ou não a sua nomeação.

13.5. O servidor nomeado terá o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse, contados da data da publicação da nomeação.

13.5.1. O servidor nomeado que não se apresentar para posse dentro do prazo estabelecido terá sua nomeação tornada sem efeito na forma do parágrafo 6º do artigo 13 da Lei N°. 8.112/90.

13.6. No caso de mudança de residência, deverá o candidato comunicar o novo endereço à Coordenadoria Geral de Recursos Humanos do Instituto Federal do Espírito – Campus Colatina Zona Rural.

13.7. A posse no cargo fica condicionada à aprovação em inspeção médica e ao atendimento das condições constitucionais e legais. Para a posse, serão exigidos todos os documentos comprobatórios dos requisitos básicos exigidos para investidura no cargo. Exige-se, também, declaração de bens e valores e quanto ao exercício de outro cargo, emprego ou função pública, salvo dentro do permissivo constitucional, com a opção de vencimentos, se couber.

13.8. Ao tomar posse, o servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo, ficará sujeito ao estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo.

13.9. O candidato nomeado deverá permanecer no Campus para o qual entrou em efetivo exercício por um período mínimo de 05 (cinco) anos.

13.10. Os turnos de trabalho serão estabelecidos pelo Departamento do IFES – Campus Colatina Zona Rural, em que o servidor estiver em efetivo exercício.

13.11. Não será fornecido ao candidato nenhum documento comprobatório de habilitação e classificação no Concurso Público, valendo, para esse fim, a homologação do resultado do Concurso publicada no Diário Oficial da União.

13.12. O candidato investido no cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico que não for detentor de Licenciatura será incluído no Programa Especial de Formação Pedagógica, quando ofertado pelo IFES, conforme determina a Legislação.

13.13. Após a homologação do resultado no Diário Oficial da União, o candidato não classificado poderá reaver sua documentação, num prazo máximo de 30 (trinta) dias.

13.14. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão responsável pelo Concurso Público.

DENIO REBELLO ARANTES

Reitor

ANEXO I

CRONOGRAMA DO CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO

ETAPA/ATIVIDADE	DATA DE REALIZAÇÃO	LOCAL
Publicação do Edital	18/12/2009	Diário Oficial da União
	20/12/2009	Jornal de grande circulação e http://www.eafcol.gov.br
Período de solicitação de isenção de taxa de inscrição	22/12/2009 a 29/12/2009	
Publicação da relação dos candidatos que tiverem deferidos os pedidos de isenção de taxa de inscrição	31/12/2009	
Inscrição de Candidatos	04/01/2010 a 15/01/2010	http://www.eafcol.gov.br
Prazo máximo para pagamento da taxa de inscrição	18/01/2010	Por intermédio de GRU nas agências do Banco do Brasil S/A
Prazo máximo para entrega do comprovante de pagamento da taxa de devidamente autenticado, para confirmar a inscrição	19/01/2010	Comissão Responsável pelo Concurso Público Nº. 003/2009, do Ifes – Campus Colatina Zona Rural, Colatina – ES, Cep. 29.709-910, CxP.: 256
Data máxima de postagem para envio por SEDEX do comprovante de pagamento da taxa de devidamente autenticado, para confirmar a inscrição	19/01/2010	Comissão Responsável pelo Concurso Público Nº. 003/2009, do Ifes – Campus Colatina Zona Rural, Colatina – ES, Cep. 29.709-910, CxP.: 256
Prazo máximo para entrega do laudo médico (original ou cópia autenticada) para candidatos portadores de deficiência pessoalmente ou por terceiro	15/01/2010	Comissão Responsável pelo Concurso Público Nº. 003/2009, do Ifes – Campus Colatina Zona Rural, Colatina – ES, Cep. 29.709-910, CxP.: 256
Data máxima de postagem para envio por SEDEX do laudo médico (original ou cópia autenticada) via SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento, para candidatos portadores de deficiência	15/01/2010	Comissão Responsável pelo Concurso Público Nº. 003/2009, do Ifes – Campus Colatina Zona Rural, Colatina – ES, Cep. 29.709-910, CxP.: 256
Publicação das inscrições Homologadas	25/01/2010	Ifes – Campus Colatina Zona Rural e no site http://www.eafcol.gov.br
Publicação da relação dos candidatos que tiverem a inscrição deferida para concorrer na condição de portadores de deficiência	25/01/2010	Ifes – Campus Colatina Zona Rural e no site http://www.eafcol.gov.br
Período para contestar o indeferimento da solicitação para concorrer como candidatos portadores de deficiência, pessoalmente ou por meio de fax, e-mail ou via SEDEX,	26 a 27/01/2010	Ifes – Campus Colatina Zona Rural e no site http://www.eafcol.gov.br
Resultado dos pedidos de contestação do indeferimento da solicitação para concorrer como candidatos portadores de deficiência	31/01/2010	Ifes – Campus Colatina Zona Rural e no site http://www.eafcol.gov.br

Publicação da Relação candidatos por vaga e dos locais de prova	31/01/2010	Ifes – Campus Colatina Zona Rural e no site http://www.eafcol.gov.br
Prova Escrita	28/02/2010	Ifes – Campus Colatina Zona Rural
Divulgação do gabarito preliminar da parte objetiva da Prova Escrita	28/02/2010	Ifes – Campus Colatina Zona Rural e http://www.eafcol.gov.br
Período para recursos sobre a formulação de questões da Prova Escrita	01 a 03/03/2010	Gabinete do Ifes – Campus Colatina Zona Rural
Resultado de recursos sobre a formulação de questões da Prova Escrita	08/03/2010	Ifes – Campus Colatina Zona Rural e http://www.eafcol.gov.br
Divulgação do Resultado Final da Prova Escrita de Técnico Administrativo em Educação	08/03/2010	Ifes – Campus Colatina Zona Rural e http://www.eafcol.gov.br
Divulgação do Resultado Final da Prova Escrita e convocação para a Prova de Desempenho Didático para Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	08/03/2010	Ifes – Campus Colatina Zona Rural e http://www.eafcol.gov.br
Período para entregue dos títulos dos candidatos ao cargo efetivo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, aprovados para a Prova de Desempenho Didático	15 a 19/03/2010	Ifes – Campus Colatina Zona Rural – Coordenadoria Geral de Recursos Humanos – CGRH
Prova de Desempenho Didático	15 a 19/03/2010	Ifes – Campus Colatina Zona Rural
Divulgação do Resultado preliminar da Prova de Desempenho Didático	22/03/2010	Ifes – Campus Colatina Zona Rural e http://www.eafcol.gov.br
Período para recursos sobre a Prova de desempenho Didático	23 a 25/03/2010	Gabinete do Ifes – Campus Colatina Zona Rural
Resultado de recursos sobre a Prova de desempenho Didático	29/03/2010	Ifes – Campus Colatina Zona Rural e http://www.eafcol.gov.br
Divulgação do Resultado final da Prova de Desempenho Didático	29/03/2010	Ifes – Campus Colatina Zona Rural e http://www.eafcol.gov.br
Divulgação do Resultado preliminar da Prova de Títulos	22/03/2010	Ifes – Campus Colatina Zona Rural e http://www.eafcol.gov.br
Período para recursos sobre a Prova de Títulos	23 a 25/03/2010	Gabinete do Ifes – Campus Colatina Zona Rural
Resultado de recursos sobre a Prova de Títulos	29/03/2010	Ifes – Campus Colatina Zona Rural e http://www.eafcol.gov.br
Divulgação do Resultado Final da Prova de Títulos	29/03/2010	Ifes – Campus Colatina Zona Rural e http://www.eafcol.gov.br
Divulgação do Resultado Final do Concurso	31/03/2010	Ifes – Campus Colatina Zona Rural e http://www.eafcol.gov.br
Homologação do Resultado Final do Concurso no Diário Oficial da União	31/03/2010	Ifes – Campus Colatina Zona Rural e http://www.eafcol.gov.br

ANEXO III

CONTEÚDOS TEMAS PARA PROVA DE DESEMPENHO DIDÁTICO POR ÁREA DE ESTUDO

ÁREA DE ESTUDO	CONTEÚDO PARA AULA DE DESEMPENHO
Agroindústria (Processamento de Vegetais, de Leite, de Carne e Microbiologia de Alimentos)	Métodos de conservação de alimentos.
Zootecnia (Genética e Melhoramento Animal, Parasitologia, Sanidade Animal, Produção Animal)	Métodos de Melhoramento Genético Animal.
Zootecnia (Ruminantes e Produção Animal)	Fermentação ruminal: síntese microbiana e proteína metabolizável.
Irrigação e Drenagem	Capacidade de infiltração: métodos para medir a velocidade de infiltração para planejamento da irrigação por aspersão.
Construções e instalações Rurais	Cuidados a serem observados em relação à implantação das construções em relação à orientação solar, topografia, iluminação e ventilação da área.
Mecanização Agrícola	O problema da segurança na utilização das máquinas e equipamentos agrícolas
Meteorologia Agrícola	Zoneamento Agroclimático e Planejamento Agrícola
Agricultura (Melhoramento Genético de Plantas e Produção Vegetal)	Métodos de Melhoramento genética de plantas
Agricultura (Entomologia, Fitossanidade, Fitopatologia e Produção Vegetal)	Critérios de seleção para avaliação de inimigos naturais em controle biológico.
Educação Ambiental (Ecologia, Meio Ambiente, Sustentabilidade e Conservacionismo)	Agroecossistemas: caracterização e conservação ambiental.
Educação (Disciplinas comuns a cursos de licenciatura)	Trabalho-educação na sociedade contemporânea e suas repercussões na função social da escola.
Arte/Música	Movimentos artísticos em artes visuais em diferentes épocas e diferentes culturas;

ANEXO IV

PROGRAMAS DAS PROVAS ESCRITAS E DE DESEMPENHO E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS PARA OS CARGOS EFETIVOS DE PROFESSORES DE ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO

Este instrumento e o Edital Nº. 03/2009 disciplinam o processo seletivo para a Categoria Funcional referida, não cabendo ao(à) candidato(a) alegar desconhecimento da informação.

1. ÁREA DE ESTUDO: Agroindústria (Processamento de Vegetais, de Leite, de Carne e Microbiologia de Alimentos)

1.1. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS (Escrita e Didática):

1. Aspectos gerais da tecnologia de alimentos.
2. Legislação de alimentos.
3. Métodos de conservação de alimentos.
4. Aditivos químicos na indústria de alimentos.
5. Acondicionamento e embalagens para alimentos.
6. Processos e operações unitárias.
7. Limpeza e sanitização nas indústrias de alimentos.
8. Processamento de alimentos:
 - Tecnologias de produtos de origem animal: leite e derivados, carnes, aves e pescados.
 - Tecnologias de produtos de origem vegetal: cereais, leguminosas, frutas e hortaliças.
9. Tratamento de água para uso industrial e tratamento de efluentes industriais.
10. Princípios da biotecnologia em alimentos.
11. Sistemas agroindustriais alimentares. Gestão de qualidade e produtividade alimentícia.

1.2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS MÍNIMAS:

1. BARUFFALDI, R. & OLIVEIRA, M. N. de Fundamentos de tecnologia de alimentos. V. 3, São Paulo: Atheneu, 1998. 317p.
2. BRASIL - MINISTÉRIO DA SAÚDE – Legislação Brasileira de Alimentos – emprego de aditivos químicos na indústria de alimentos. <Disponível em www.anvisa.gov.br>
3. CALIL, R. & AGUIAR, J. Aditivos nos alimentos. São Paulo: R.M. Calil, 1999. 139 p.
4. DESROSIER, N. W. Conservación de alimentos. México: Cia Editorial Continental. 1980.
5. EVANGELISTA, J. Tecnologia de alimentos. São Paulo: Atheneu, 2000. 652p.
6. LINDEN, G. & LORIENT, D. Bioquímica agroindustrial: revalorización alimentaria de la producción agrícola. Zaragoza, España: Acribia, 1996. 428p.
8. ORDÓÑEZ, J. A. Tecnologia de Alimentos. Porto Alegre: Artmed, 2005.
9. POTTER, N. Ciência de los alimentos. Zaragoza: Acribia. 1999
10. SILVA Jr., E..A. Manual de Controle higiênico-sanitário em alimentos. 4.ed. São Paulo: Varela. 2001. 475p.
11. ZYLBERSZTAJN D. & NEVES, M. F. Economia e Gestão de Negócios Agroalimentares. SP: Pioneira, 2000.

2. ÁREA DE ESTUDO: Zootecnia (Genética e Melhoramento Animal, Parasitologia, Sanidade Animal, Produção Animal)

2.1. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS (Escrita e Didática):

1. Cromossomos e seu comportamento.

2. Genética quantitativa: lei de Hardy-Weinberg e frequências gênicas e genotípicas.
3. Parentesco e consangüinidade.
4. Parâmetros genéticos: herdabilidade (herdabilidade) e repetibilidade.
5. Ferramentas do melhoramento genético.
6. Características quantitativas e seus atributos.
7. Interação genótipo-ambiente.
8. Mudança genética.
9. Constituição genética de uma população.
10. O melhoramento genético dos animais domésticos no Brasil.
11. Valor genético e diferença esperada na progênie.
12. Eficácia da seleção.
13. Melhoramento genético aplicado à produção animal.

2.2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS MÍNIMAS:

1. EUCLIDES FILHO, Kepler. Melhoramento genético animal no Brasil: fundamentos, história e importância. EMBRAPA – Mato Grosso do Sul.
2. EUCLIDES FILHO, K. Melhoramento animal: conquistas e perspectivas. In: reunião anual da sociedade brasileira de zootecnia, 32, 1995, Brasília. Anais...Brasília: SBZ, 1995. P.611-615.
3. EUCLIDES FILHO, K. Cruzamento em gado de corte. Brasília: EMBRAPA-SPI, 1996b, 68p. (EMBRAPA-SPI. Coleção criar, 1).
4. GIANNONI, M.A.; Giannoni, M.I. Genética e melhoramento de rebanhos nos trópicos. São Paulo, Nobel, 463p., 1987.
5. RAMALHO, M.; Santos, J. B.; Pinto, C. B. Genética na agropecuária. 7. Ed. São Paulo: Globo, 2000.
6. GOMES, F.P. A estatística moderna na pesquisa agropecuária. Piracicaba, Potafós, 1984. 160.
7. PEREIRA, J.C.C. Melhoramento genético aplicado à produção animal. Belo Horizonte, 416 p., 1996.
8. SAMPAIO, I.B.M. Estatística aplicada à experimentação animal. Belo Horizonte: Fundação de Ensino e Pesquisa em Medicina Veterinária e Zootecnia, 1998. 221p.
9. BURNS, G.W., Bottino, P.J. Genética. 6ª ed, Rio de Janeiro, Guanabara-Koogan, 1991. 381p.
10. FERREIRA, M. E.; Grattapaglia, D. Introdução ao uso de marcadores moleculares em análise genética. 2ª ed, Brasília: EMBRAPA-CENARGEN, 1996. 220p.

3. ÁREA DE ESTUDO: Zootecnia (Ruminantes e Produção Animal)

3.1. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS (Escrita e Didática):

1. Fisiologia digestiva e hábitos alimentares dos animais ruminantes.
2. Microbiologia do rúmen.
3. Digestão e metabolismo de carboidratos, compostos nitrogenados e lipídeos em ruminantes.
4. Teorias e fatores reguladores do consumo em ruminantes.
5. Minerais e vitaminas: funções fisiológicas e sinais de deficiências.
6. Classificação e avaliação do valor nutritivo dos alimentos.
7. Adequação de dietas e formulação de misturas minerais para ruminantes.
8. Distúrbios nutricionais e metabólicos em ruminantes.
9. Fisiologia do crescimento animal e da glândula mamária.
10. Suplementação de ruminantes sob condições de pastejo.

3.2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS MÍNIMAS:

1. BERCHIELLI, T.T. ET AL. Nutrição de ruminantes. FUNEP. 2006.
2. LANA, R.P. Nutrição e alimentação animal: mitos e realidades. VIÇOSA: UFV, 2005, 344P.
3. SILVA, D.J.; QUEIROZ, A.C. Análise de alimentos: métodos químicos e biológicos. 3ª ED. VIÇOSA:UFV, 2004.
4. TEIXEIRA, J.C. Nutrição dos ruminantes. UFLA: FAEPE, 1995.
5. COELHO DA SILVA, J.F.; LEÃO, M.I. Fundamentos da nutrição dos ruminantes. LIVROCERES. 1979.
6. AGUIAR, A.P.A. A Produção de Leite e Pasto. São Paulo: Aprenda Fácil, 1999.
7. AGUIAR, A.P.A. Manejo de Pastagens. Guaíba: Agropecuária, 1998.
8. ANDRIGUETO, J.M.; PERLY, L.; MINARD, I.; FLEMMING, J.S.; GEMAEL, A.; SOUZA, G.A.; FILHO, A.B.; Nutrição Animal. São Paulo: Editora Nobel, 1983.
9. BEER, J. Doenças Infecciosas em Animas Domésticos. São Paulo: Ed. Roca, 1988.
10. COTTA, T. Minerais e Vitaminas para Bovinos, Ovinos e Caprinos. Viçosa: Editora Aprenda Fácil, 2001.
11. PEIXOTO, A.M. Nutrição de Bovinos: Conceitos Básicos e Aplicações. Piracicaba: FEALQ, 1995.
12. PEIXOTO, A.M.; FARIA, V.P. Bovinocultura de Corte: Fundamentos da Exploração Racional. Piracicaba: FEALQ, 1999.
13. PEIXOTO, A.M.; MOURA, J.C. e FARIA, V.P. Fundamentos do Pastejo Rotacionado. Piracicaba: FEALQ, 1999.
14. PUPO, N.I.H. Manual de Pastagens e Forrageiras: Formação, Conservação e Utilização. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1998.

4. ÁREA DE ESTUDO: Irrigação e Drenagem

4.1. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS (Escrita e Didática):

- 1- Introdução à Irrigação.
- 2- Água no Solo.
- 3- Relação Solo-Água-Planta e Atmosfera.
- 4- Qualidade da Água para Irrigação.
- 5- O solo para Irrigação: Balanço Hídrico Agrônômico.
- 6- Irrigação: Métodos de irrigação.
- 7- Drenagem.
- 8- Fertirrigação.

4.2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS MÍNIMAS:

1. ABEAS. elaboração de projetos de irrigação. ABEAS: Brasília. 1988. 53 p.
2. CAUDURO, F. A. e DORFMAN, R. Manual de ensaios de laboratório e de campo para irrigação e drenagem. Porto Alegre: PRONI / IPH-UFRGS, s d. 216 p.
3. CRUCIANI, D.E. A drenagem na agricultura. São Paulo: Nobel. 1987. 333 p.
4. DAKER, A. A água na agricultura. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1984. Vol. 1, 2 e 3
5. EMBRAPA. Quimigação: aplicação de produtos químicos e biológicos via irrigação. Embrapa. 1994.
6. GOMES, E. P. Engenharia de irrigação. Universidade Federal da Paraíba. 2 ed. 1997.
7. KLAR, A.E. Irrigação: freqüência e quantidade de aplicação. Nobel. 1992.
8. MILLAR, A. Drenagem de terras agrícolas. Bases Agronômicas. McGraw-Hill, 1978.
9. SALASSIER, B. Manual de irrigação. 5 ed. Viçosa: UFV. 1989, 596 p.

5. ÁREA DE ESTUDO: Construções e Instalações Rurais

5.1. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS (Escrita e Didática):

1. Introdução: Força – características; Resultante de um sistema de forças; Condições de equilíbrio; Problemas com estruturas simples e carregadas.
2. Tração e compressão: Tensão normal; Deformação linear; Lei de Hooke; Módulo de Elasticidade; Coeficiente de dilatação linear; Coeficiente de Poisson; Centro de Gravidade; Momento estático; Momento de Inércia.
3. Noções de flambagem: Força cortante; Tensão de cisalhamento; Flexões;
4. Noções de eletricidade: Lei de OHM; Potência; Circuitos elétricos; Corrente contínua e alternada; Circuitos monofásicos e trifásicos.
5. Cálculo de demanda e dimensionamento de linha de baixa tensão
6. Equipamentos utilizados em instalações elétricas rurais
7. Materiais de construção
8. Argamassa e concreto-traços e utilização
9. Resistência dos terrenos
10. Elementos construtivos: Alicerces corridos; Blocos e sapatas; Colunas em pilares; Lajes e Vigas; Cobertura; Instalação hidráulica e sanitária
11. Projetos: Fases; Interpretação de plantas e locação; Orçamentos; Construções rurais específicas; Elaboração de projetos.

5.2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS MÍNIMAS:

1. ADÃO, Francisco Xavier. Desenho de concreto armado.
2. BAETA, Fernando da Costa. Custo de construções. UFV.
3. BORGES, Alberto de Camp. Prática de pequenas construções. São Paulo: Edgard Blucher, 1981. 7 ed. V.I.
4. BUENO, Carlos Frederico. Silos para forragem. ESAI.
5. CEPED/THABA. Manual de construção em solo-cimento. São Paulo, ABCP, 1984. 147p.
6. CHAVES, Roberto. Manual do construtor. Rio de Janeiro: Ediouro. 1979. 326p.
7. COSTA, Evaristo Valladares. Resistência dos materiais. São Paulo: Ed. Nacional. 1974. 2v.
8. FERREIRA, M. F. Construções rurais. Nobel, São Paulo: 1983. 64 p. vol. 2
9. HIGDON, Archie et alii. Mecânica dos materiais. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1981. 549p.
10. MARTINGNONI, A. Instalações elétricas prediais. Porto Alegre: Editora Globo. 1979. V.I.
11. MARCHETTI, Delmar A B. & GARCIA, Gilberto. Princípios de fotogrametria e fotointerpretação. São Paulo: Nobel, 1978. 253p.
12. NÃS, I. A. Princípios de conforto térmico na produção animal. São Paulo, Ícone, 1989. 183p
13. NASH, Eillian A. Resistência dos materiais. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil. 1981. 381p.
14. PIEDADE JÚNIOR, César . Eletrificação rural. São Paulo: Nobel, 1979. 280p.
15. ROCHA, J. L. V e ROCHA, L.A.R. Guia do técnico agropecuário: construções e instalações rurais. Campinas: 1982. 158 p.

6. ÁREA DE ESTUDO: Mecanização Agrícola

6.1. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS (Escrita e Didática):

1. Introdução à mecanização agrícola: Histórico da motomecanização no Brasil.
2. Tratores agrícolas: Classificação, Constituição, Motores de combustão interna, Sistema de arrefecimento, Sistema elétrico, Sistema de transmissão, Sistema hidráulico dos tratores.

3. Manutenção do trator: Manutenção preventiva, lubrificantes, pneus.
4. Tração animal: Animais de tração; Transporte de cargas no dorso; Análise das espécies voltadas para tração; Características morfológicas dos animais voltados para tração; Capacidade de trabalho dos animais, Atrelamento dos animais de tração, Implementos para tração animal.
5. Preparo período do solo: Manejo de solo, estrutura do solo, compactação, espelhamento e erosão.
6. Operação de plantio ou semeadura: Semeadeira, Plantadeira, Transplantadeira, Classificação, funcionamento e regulagem das plantadeiras/semeadeiras
7. Tratos culturais: Cultivo, Adubação em cobertura
8. Tratamento fitossanitário: Classificação dos equipamentos para aplicação de defensivos agrícolas; Constituição dos pulverizadores; calibração do pulverizador; Operação e manutenção do pulverizador.
9. Implementos de manutenção.
10. Operação de colheita: Classificação dos equipamentos utilizados na operação de colheita; Colhedeira de cereais; Colhedeira de forragem (ensiladeira); Batedora de cereais (trilhadeira).
11. Agricultura de precisão
12. Projetos de mecanização agrícola e viabilidade da maquinaria agrícola: Capacidade de tração disponível e esforço resistente dos equipamentos; Capacidade operacional da maquinaria; Custos operacionais da maquinaria.
13. A oficina rural: Localização e ambiência; Maquinário e equipamento para a oficina rural; Ferramentas necessárias à oficina rural; Organização da oficina rural; Armazenamento de combustíveis e lubrificantes.
14. Regras de segurança e dirigibilidade.
15. Unidades de medidas e grandezas físicas importantes.

6.2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS MÍNIMAS:

1. BALASTREIRE, Luiz Antônio. Máquinas Agrícolas. São Paulo: Editora Manole LTDA, 1990. 307p.
2. Castrol do Brasil. Especificação de desempenho. 2007.
<http://www.castrol.com/castrol/genericarticle.do?categoryId=82916232&contentId=6031204> Acesso em: 01 jun. 007.
3. COMETTI, N.N. Mecanização agrícola. Colatina: EAFCOL, 2007. 152p.
4. MIALHE, L.G. Manual de mecanização agrícola. São Paulo: Ed. Agronômica Ceres, 1974. 301 p.
5. PORTELLA, J.A. Colheita de grãos mecanizada: implementos, manutenção e regulagem. Viçosa: Aprenda Fácil, 2000. 190 p.
6. PORTELLA, J.A. Semeadoras para plantio direto. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001. 252 p.
7. SAAD, Odilon. Máquinas e Técnicas de Preparo Inicial do Solo. 4ª Ed. São Paulo: Livraria Nobel S. A., 1986. 98p.
8. SILVEIRA, G.M. da. Os cuidados com o trator. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001. 301 p. (Série mecanização; v. 1)
9. SILVEIRA, G.M. da. Máquinas para plantio e condução das culturas. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001. 336 p. (Série mecanização; v. 3)
10. SILVEIRA, G.M. da. Máquinas para colheita e transporte. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001. 289 p. (Série mecanização; v. 4)

7. ÁREA DE ESTUDO: Meteorologia Agrícola

7.1. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS (Escrita e Didática):

- 1- Princípios Básicos de Climatologia.
- 2- Meteorologia, Agroclimatologia e Meteorologia Agrícola.
- 3- Instrumentação e Observação Meteorológica.
- 4- Atmosfera.
- 5- Radiação Solar, Temperatura do Ar e do Solo, Geadas, Ventos e Plantas Cultivadas.

- 6- A Água na Atmosfera.
- 7- Processos Diretos e Indiretos para Estabelecer a Evapotranspiração: aplicações à situações reais
- 8- Necessidade Hídrica das Culturas.
- 9- Proteção das Plantas Contra os Efeitos Adversos do Tempo.
- 10- Zoneamento Agroclimático

7.2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS MÍNIMAS:

1. AYOADE, J. O. Introdução a climatologia para os trópicos. Difel. São Paulo: 1986.
2. BERNARDO, S. Manual de Irrigação. Imprensa Universitária. Viçosa: 1989. 586p.
3. MOTA, F. S. Meteorologia Agrícola. Nobel. São Paulo: 1983.
4. PEREIRA, A. R., VILA NOVA, G. e SEDIYAMA, C. Evapo(transpi)ração. FEALQ, USP. São Paulo: 1997.
5. PEREIRA, A. R., ANGELOCCI L. R. e SENTELHA, P. C. Agrometeorologia: fundamentos e aplicações. Agropecuária. Porto Alegre: 2002
6. REICHARDT, K. A água em sistemas agrícolas. Manole. São Paulo: 1987
7. TUBELIS, A. e NASCIMENTO, F. J. L. Meteorologia descritiva: fundamentos e aplicações brasileiras. Nobel. São Paulo: 1987
8. VIANELLO, R. L. e ALVES, A. R. Meteorologia básica e aplicações. Imprensa Universitária da UFV. Viçosa: 1991

8. ÁREA DE ESTUDO: Agricultura (Melhoramento Genético de Plantas e Produção Vegetal)

8.1. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS (Escrita e Didática):

1. Estudo, Manejo e Conservação do Solo: Conceito; gênese do solo; fatores de formação; perfil do solo; composição e propriedades físicas do solo; classificação do solo.
Preparo do solo; práticas conservacionistas – tipos e formas de erosão, controle de erosão.
2. Relação Solo-Planta: Nutrientes; avaliação da fertilidade do solo; acidez do solo; adubos e adubações; formas de aplicações de adubos.
3. Estudo da Planta: Propagação e manejo (Tratos Culturais) de plantas; processos fisiológicos da planta.
4. A Informação Genética: DNA, RNA, GENE (conceitos e funções); Replicação, transcrição e tradução.
5. Introgessão de caracteres e de germoplasma: O método dos retrocruzamentos; Potencialidades dos retrocruzamentos; Transferência alélica via retrocruzamentos.
6. Variabilidade genética e recursos genéticos: Centros de origem das espécies cultivadas; Uso do germoplasma no melhoramento de plantas.
7. Conservação dos recursos genéticos vegetais: Bancos de germoplasma; Conservação *in situ* e *ex situ*.
8. Uso da biotecnologia como ferramenta no melhoramento de plantas: Clonagem do DNA e Tecnologia do DNA recombinante; Organismos geneticamente modificados; Marcadores moleculares no melhoramento de plantas.

8.2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS MÍNIMAS:

1. EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. Brasília. 412p. 1999.
2. PRADO, H. Solos do Brasil: Gênese, Morfologia, Classificação, Levantamento e Manejo. Piracicaba, 3ª ed. 275p. 2003.
3. FACHINELLO, J.C.; Hoffmann, A.; Nachtigal, J.C. Propagação de Plantas Frutíferas. Brasília – Embrapa Informação Tecnológica. 221p. 2005.
4. TAIZ, L.; Zeiger, E. Fisiologia Vegetal. Porto Alegre: Artmed, 3ª ed. 720p. 2004.

5. RAMALHO, M. A. P.; Santos J. B. dos; Pinto, C. A. P. Genética na Agropecuária. Lavras. 3ª ed. 472p. 2004.
6. BORÉM A.; Miranda; G. V. Melhoramento de plantas. Viçosa: Editora UFV, 4ª ed. 525 p. 2007.
7. DAVID, N.; Cox, M.M. Lehninger Princípios de Bioquímica. Nova Iorque: W. H. Freeman, 4ª ed. 1119p. 2004.
8. NASS, L.L. Recursos genéticos vegetais. Brasília: EMBRAPA Recursos Genéticos e Biotecnologia, 858p. 2007.
9. NASS, L.L.; Valdis, A.C.C.; Mello, I.S.; Valadaris-Inglis, M.C. (Editores). Recursos genéticos e melhoramento de plantas, Rondonópolis, Fundação MT, 1183p. 2001.
10. Bueno, L. C. de S.; Mendes, A. N. G.; Carvalho, S. P. de. Melhoramento Genético de Plantas: Princípios e Procedimentos, Lavras, 2ª ed. 319p. 2006.

9. ÁREA DE ESTUDO: Agricultura (Entomologia, Fitossanidade, Fitopatologia e Produção Vegetal)

9.1. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS (Escrita e Didática):

1. Estudo, Manejo e Conservação do Solo: Conceito; gênese do solo; fatores de formação; perfil do solo; composição e propriedades físicas do solo; classificação do solo. Preparo do solo; práticas conservacionistas – tipos e formas de erosão, controle de erosão.
2. Relação Solo-Planta: Nutrientes; avaliação da fertilidade do solo; acidez do solo; adubos e adubações; formas de aplicações de adubos.
3. Estudo da Planta: Propagação e manejo (Tratos Culturais) de plantas; processos fisiológicos da planta.
4. Aspectos Fitossanitários: Entomologia e Fitopatologia Agrícola – Pragas, doenças e tipos de controle nas principais culturas do Estado do Espírito Santo.

9.2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS MÍNIMAS:

1. BRADY, N.C. Natureza e Propriedades dos Solos. Rio de Janeiro, 7º ed. 898p. 1989.
2. CONCIANI, W. Processos Erosivos – Conceitos e Ações de Controle. Cuiabá: CEFET – MT. 148p. 2008.
3. EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. Brasília. 412p. 1999.
4. FACHINELLO, J.C.; Hoffmann, A.; Nachtigal, J.C. Propagação de Plantas Frutíferas. Brasília – Embrapa Informação Tecnológica. 221p. 2005.
5. GALLO, D.; Nakano, O.; Silveira Neto, S.; et al.. Entomologia Agrícola. Piracicaba: FEALQ. 920p. 2002.
6. KIMATI, H.; Amorim, L.; Bergamin Filho, A.; et al. Manual de Fitopatologia: Doenças das Plantas Cultivadas. São Paulo, 3º ed. 774p. 1997.
7. LEPSCH, I.F. Formação e Conservação dos Solos. São Paulo. 178p. 2002.
8. MALAVOLTA, E. ABC da Adubação. São Paulo, 5º ed. 292p. 1989.
9. PRADO, H. Solos do Brasil: Gênese, Morfologia, Classificação, Levantamento e Manejo. Piracicaba, 3º ed. 275p. 2003.
10. PREZOTTI, L.C.; Gomes, J.A.; Dadalto, G.G.; Oliveira, J.A. Manual de Recomendação de Calagem e Adubação para o Estado do Espírito Santo (5º Aproximação). Vitória. 305p. 2007.

10. ÁREA DE ESTUDO: Educação Ambiental (Ecologia, Meio Ambiente, Sustentabilidade e Conservacionismo)

10.1. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS (Escrita e Didática):

1. Ciclo hidrológico.
2. Efeito estufa.
3. Agenda 21.
4. Conservação e Recuperação de Áreas de Preservação Permanente.
5. Política Nacional de Educação Ambiental.

6. Ciclos do carbono, nitrogênio e fósforo.
7. Poluição atmosférica, das águas, do solo, visual, sonora.
8. Biodiversidade.
9. Alterações Ambientais Globais.
10. Desmatamento dos biomas.
11. Tráfico de Animais Silvestres.
12. Gerenciamento do Resíduos Sólidos.
13. Crescimento Populacional.
14. Águas doces.
15. Licenciamento ambiental: Resolução CONAMA 01/86 e suas alterações; Decreto Estadual 4844 de 25 de junho de 2008 e suas alterações; Atividades passíveis de licenciamento ambiental; Autorização ambiental de funcionamento; Licenças prévias, de instalação e de operação; Resolução CONAMA 09/87 e suas alterações.
16. Gestão Ambiental: Sistemas de gestão; Norma ISO 14001.
17. Protocolo de Kyoto e mecanismo de desenvolvimento limpo: Objetivos do protocolo de Kyoto; Projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo; Créditos de carbono.

10.2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS MÍNIMAS:

1. AGENDA 21 – Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento. 3. Ed. Brasília: Senado Federal subsecretaria de edições técnicas, 2001. 598 p.
2. AGENDA 21 BRASILEIRA – BASES PARA DISCUSSÃO (Washington Novaes, Otto Ribas e Pedro da Costa Novaes. Brasília: MMA/PNUD, 2000. 196p.
3. ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; TACHIZAWA, Takesky; CARVALHO, Ana Barreiros de. Gestão Ambiental – enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento Sustentável. 2 ed. São Paulo: Makron Books, 2002. 232p
4. BRUSCHI, Denise Marília; RIBEIRO, Maurício Andrés; PEIXOTO, Mônica Campolina Diniz Peixoto; SANTOS, Rita de Cássia Soares; FRANCO, Roberto Messias Franco. Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios, volume I, Município e meio ambiente. 2 ed. Belo Horizonte: FEAM, 1998. 132p.
5. CORSON, W. H, [tradução de ALEXANDRE G. CAMURU] Manual Global de Ecologia: o que você pode fazer a respeito da crise do meio ambiente. 4ª ed. São Paulo: Augustus, 2002. 413p.
6. CRESPO, Telson. Ferreira. Emmanuel. Planeta Água - Um guia de educação ambiental para conservação dos recursos hídricos. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 1998. 232p.
7. DASHEFSKY, H. Steven. Dicionário de Ciência Ambiental. São Paulo: Gaia, 1997. 313p
8. DERÍSIO, José Carlos. Introdução ao Controle de Poluição Ambiental. 2 ed. São Paulo: Signus, 2000. 164p.
9. DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental: princípios e práticas. 5º ed. São Paulo SP: Ed. Gaia, 1998. 400p
10. DIAS, Genebaldo Freire. Elementos para Capacitação em Educação Ambiental. Ilhéus: Editus. 1999. 186p.
11. GUERRA, Antônio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da (org.). Impactos Ambientais Urbanos no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 416p.
12. GUIMARÃES, Mauro. Educação ambiental no consenso um embate? . 1º ed. Campinas SP: Ed. Papyrus, 2000. 94p.
13. Lei nº9.795/99. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental.
14. MINC, Carlos. Ecologia e cidadania. 1º ed. São Paulo SP: Ed. moderna, 1997. 128p.
15. PORTO, Maria. Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios, vol III, Educação ambiental: conceitos básicos e instrumentos de ação. 1º ed. Belo horizonte MG: Feam, 1996. 160p.

16. BRUSCHI, Maria; RIBEIRO, Maurício; PEIXOTO, Mônica; SANTOS, Rita; FRANCO, Roberto. Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios, vol I: Município e meio ambiente. 2º ed. Belo Horizonte MG: Ed Feam, 1998. 131p.
17. OLIVEIRA, Márcio Elísio. Educação ambiental uma possível abordagem. 1º. Brasília: Ed Ibama, 2000. 161P.
18. PHILIPPI Jr., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (editores). Educação Ambiental e Sustentabilidade. Barueri: Manole, 2005. 878p.
19. PHILIPPI Jr., Arlindo; MAGLIO, Ivan Carlos; COIMBRA, José Ávila Aguiar; FRANCOI, Roberto Messias (editores). Municípios e Meio Ambiente – perspectivas para a municipalização da gestão ambiental no Brasil. São Paulo. Associação Nacional de municípios e meio ambiente, 1999. 201p
20. QUINTAS, José Silva. Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente. 1º ed. Brasília DF: Ed papyrus, 2000. 94p.
21. REIS, Luis Felipe Sanches de Sousa Dias; QUEIROZ, SANDRA Mara Pereira de. Gestão ambiental de pequenas e médias empresas. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998. 140p.
22. VEIGA, José Eli da (org.). Ciência ambiental: primeiros mestrados - São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998. 352P
23. VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

11. ÁREA DE ESTUDO: Educação (Disciplinas comuns a curso de licenciatura)

11.1. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS (Escrita e Didática):

1. Educação Profissional na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9394/96
2. Saberes necessários ao exercício da docência
3. Inovação educativa e profissão docente
4. Organização pedagógica do ensino-aprendizagem
5. Avaliação: processo contínuo no cotidiano.
6. O planejamento do ensino-aprendizagem numa abordagem crítica - transformadora
7. O desafio do fazer pedagógico interdisciplinar nas modalidades e níveis de ensino.
8. Metodologia no processo de ensino-aprendizagem
9. Formação continuada e a organização do trabalho pedagógico.
10. Professor de didática: saberes e práticas do formador de formadores.
11. O papel da disciplina Didática na formação de professores através dos tempos.
12. A relação professor – aluno
13. Inclusão social: um desafio à prática docente.
14. A relação professor-aluno como componente básico do processo ensino-aprendizagem.
15. Diretrizes curriculares para a formação profissional da educação: contribuições e desafios para a transformação social.
16. Saberes, tempo e aprendizagem: norteadores do ciclo docente.
17. Docência, identidade e profissionalização: o fortalecimento de uma conquista histórica, ética e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS MÍNIMAS:

1. CANDAU, V. M. (Org.) A Didática em questão. Petrópolis: Vozes, 1997.
2. DEMO, Pedro. O professor do futuro e reconstrução do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2004.
3. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
4. FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. Medo e ousadia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
5. GADOTTI, Moacir. Pedagogia da práxis. São Paulo: Cortez, 1995.

6. HAYDT, Regina C. Cazaux. Curso de Didática Geral. São Paulo: Ática, 2004. 7ª Ed.
7. IMBERNÓN, Francisco. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2000.
8. LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 2002.
9. TARDIF, Maurice. Saberes docente e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.
10. VASCONCELOS, Celso. Planejamento. São Paulo: Libertad, 1997.
11. VEIGA, Ilma Passos. A prática pedagógica do professor de didática. São Paulo: Papirus, 1994.
12. _____. (org.) Repensando a Didática. Campinas, SP: Papirus, 2004.
13. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9394/96.
14. Kuenzer, Acácia Z. Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado Neoliberal. São Paulo: Cortez, 2007. 4ª Ed.

12. ÁREA DE ESTUDO: Arte/Música

12.1. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS (Escrita e Didática):

1. Conhecimento e Expressão em Artes Audiovisuais: Percepção audiovisual e sensibilidade estética; Movimentos artísticos em artes audiovisuais em diferentes épocas e diferentes culturas; Elementos das artes audiovisuais; Expressão e Difusão em Artes Audiovisuais.
2. Conhecimento e Expressão em Artes Visuais: Percepção visual e sensibilidade estética; Movimentos artísticos em artes visuais em diferentes épocas e diferentes culturas; Elementos das artes visuais; Expressão em artes visuais;
3. Conhecimento e Expressão em Dança: Percepção gestual/corporal e sensibilidade estética; Movimentos artísticos em dança em diferentes épocas e diferentes culturas; Elementos da dança; Expressão em dança.
4. Conhecimento e Expressão em Música: Percepção sonora e sensibilidade estética; Movimentos artísticos em música em diferentes épocas e diferentes culturas; Fundamentos da música; Expressão musical.
5. Conhecimento e Expressão em Teatro: Percepção dramática e sensibilidade estética; Movimentos artísticos em teatro em diferentes épocas e diferentes culturas; Elementos do teatro; Expressão teatral.

12.2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS MÍNIMAS:

1. AUMONT, Jacques. A estética do filme. São Paulo: Papirus, 1995.
2. BELLONI, Maria Luiza. O que é Mídia Educação. São Paulo: Autores Associados, 2001.
3. MOSCARIELLO, Angelo. Como ver um Filme - Lisboa: Editorial Presença. 1985.
4. NAPOLITANDO, Marcos. Como usar o Cinema na Sala de Aula. São Paulo: Contexto, 2003.
5. XAVIER, Ismail. O olhar e a Cena - São Paulo: Cosac & Naify / Cinemateca Brasileira, 2003.
6. ARGAN, Giulio Carlo. Arte e crítica de arte. Lisboa: Estampa, 1988.
7. BARBOSA, Ana Mae (org.). Inquietações e mudanças no ensino de arte. São Paulo: Cortez, 2002.
8. DOMINGUES, Diana (org.). Arte no século XXI: a humanização das tecnologias. São Paulo: UNESP, 1997.
9. PIMENTEL, Lucia Gouvêa (org.). Som, gesto, forma e cor: dimensões da Arte e seu ensino. Belo Horizonte: C/ARTE, 1995.
10. LABAN, Rudolf. Dança educativa moderna. São Paulo: Ícone, 1990.
11. BENNETT, Roy. Elementos básicos da música. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
12. SCHAFER, R. Murray. O Ouvido Pensante, São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1991.
13. WISNIK, José Miguel. O Som e o Sentido. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
14. KOUDELA, Ingrid Dormien. Jogos Teatrais. São Paulo: Perspectiva, 1984.
15. SPOLIN, Viola. Improvisação para o Teatro, São Paulo: Perspectiva, 1979.
16. STANISLAVSK, Constantin. A Construção da Personagem. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ANEXO V

DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES TÍPICAS DOS CARGOS DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

1 – ASSISTENTE DE ALUNOS

DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES TÍPICAS DO CARGO:

1. Orientar os alunos nos aspectos comportamentais.
2. Assistir os alunos nos horários de lazer.
3. Zelar pela integridade física dos alunos.
4. Encaminhar os alunos à assistência médica e odontológica emergenciais, quando necessário.
5. Zelar pela manutenção, conservação e higiene das dependências da IFE.
6. Assistir o corpo docente nas unidades didático-pedagógicas com os materiais necessários e execução de suas atividades.
7. Utilizar recursos de informática.
8. Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

2 – TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA

DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES TÍPICAS DO CARGO:

1. Orientar: sobre escolha do local para atividade; sobre preservação ambiental; coleta de amostras para análises e exames; sobre preparo, correção e conservação de solo; sobre época de plantio, tratos culturais e colheita; na definição e manejo de equipamentos, máquinas e implementos; construções e instalações agropecuárias; na escolha de espécies e cultivares; sobre técnicas de plantio; sobre tratamento da água a ser utilizada na produção agropecuária; sobre formas e manejo de irrigação e drenagem; manejo integrado de pragas e doenças; sobre uso de equipamentos de proteção individual (EPI); no beneficiamento de produtos agropecuários; podas, raleios, desbrotas e desbastes; sobre padrão de produção de sementes e mudas; na legalização de empreendimentos agropecuários; orientar sobre técnicas de reprodução animal e vegetal; escolha e manejo de pastagem e forrageiras; alimentação e manejo de animais; sobre formulações de rações; manejo do desenvolvimento animal; sobre pequenas intervenções cirúrgicas em animais; no controle de animais transmissores de doenças; pré-abate; recomendar compra e venda de animais; na recuperação de áreas degradadas.
2. Executar projetos agropecuários: Executar levantamento do custo-benefício para o produtor; verificar disponibilidade e qualidade da água a ser utilizada na produção agropecuária; coletar amostras para análise (sangue, solos, rações, plantas, forragens, e outros); locar curva em nível, canais para irrigação, tomadas d'água e outros; acompanhar construção de curva em nível; interpretar análises de solo e resultados laboratoriais; regular máquinas e equipamentos; elaborar relatórios, laudos, pareceres, perícias e avaliações; coletar dados meteorológicos; coletar dados experimentais; conduzir experimentos de pesquisa; levantar dados de pragas e doenças; supervisionar atividades agropecuárias; manejar reprodução de animais; realizar cruzamento de cultivares; auxiliar nas intervenções cirúrgicas em animais; formular rações de animais; auxiliar partos em animais; participar da realização de necropsias em animais.
3. Planejar atividades agropecuárias:
4. Verificar infra-estrutura (máquinas, equipamentos, instalações e outros); levantar dados sobre a área a ser trabalhada; planejar rotação de culturas; disseminar produção orgânica.
5. Fiscalizar produção agropecuária e produção de mudas e sementes; enviar amostras de produtos agropecuários para análises laboratoriais; classificar produtos vegetais; inspecionar sanidade de produtos agropecuários; fiscalizar vacinação de animais; fiscalizar aplicação de agrotóxicos; inspecionar cumprimento de normas e padrões técnicos; fiscalizar documentação de produtos agropecuários.
6. Recomendar procedimentos de biossegurança; quanto ao uso racional de agrotóxicos e medicamentos veterinários; sobre isolamento de área de produção e acesso de pessoas e animais; sobre destino de embalagens de agrotóxicos e medicamentos veterinários; sobre técnica de quarentena de plantas e animais; sobre limpeza e desinfecção de máquinas, equipamentos e instalações; orientar destino de animais mortos; orientar manejo de dejetos; orientar técnicas sanitárias.
7. Desenvolver tecnologias:

8. Adaptar tecnologias de produção; criar técnicas alternativas para plantio, aplicação de agrotóxicos e outros; adaptar instalações e equipamentos conforme necessidade.
9. Utilizar recursos de informática.
10. Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

3 – ECONOMISTA DOMÉSTICO (Lei no 7.387, de 21 de outubro de 1985 art. 2º e 3º)

DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES TÍPICAS DO CARGO (Competências):

1. Planejar, elaborar, programar, implantar, dirigir, coordenar, orientar, controlar, supervisionar, executar, analisar e avaliar estudos, trabalhos, programas, planos, projetos e pesquisas em economia doméstica e educação familiar ou concernentes ao atendimento das necessidades básicas da família e outros grupos, na comunidade, nas instituições públicas e privadas;
2. Planejar, elaborar, implantar, dirigir, coordenar, orientar, controlar, supervisionar, executar, analisar e avaliar estudos, trabalhos, programas, planos, projetos e pesquisas de educação e orientação do consumidor para aquisição e uso de bens de consumo e serviços utilizados pela família e outros grupos nas instituições públicas e privadas.
3. Planejamento, programação, supervisão, implantação, orientação, execução e avaliação de atividades de extensão e desenvolvimento rural e urbano;
4. Planejamento, elaboração, programação, implantação, direção, coordenação, orientação, controle, supervisão, execução, análise e avaliação de estudo, trabalho, programa, plano, pesquisa, projeto nacional, estadual, regional ou setorial que interfiram na qualidade de vida da família;
5. Planejamento e coordenação de atividades relativas à elaboração de cardápios balanceados e de custo mínimo para comunidades sadias;
6. Assessoramento de projetos destinados ao desenvolvimento de produtos e serviços, estabelecimento de parâmetros de qualidade e controle de qualidade de produtos e serviços de consumo doméstico;
7. Planejamento, supervisão e orientação de serviços de modelagem e produção de vestuário;
8. Administração de atividades de apoio às funções de subsistência da família na comunidade;
9. Planejamento, orientação, supervisão e execução de programas de atendimento ao desenvolvimento integral da criança e assistência a outros grupos vulneráveis, em instituições públicas e privadas.

4 – MÉDICO VETERINÁRIO

DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES TÍPICAS DO CARGO:

1. Praticar clínica médica veterinária, em todas as suas especialidades: Realizar e interpretar resultados de exames clínicos de animais; diagnosticar patologias; prescrever tratamento; indicar medidas de proteção e prevenção; realizar sedação, anestesia, e tranquilização de animais; realizar cirurgias e intervenções, inclusive de odontologia veterinária; coletar material para exames laboratoriais; realizar exames auxiliares de diagnóstico; realizar necrópsias.
2. Promover saúde pública: Analisar processamento, fabricação e rotulagem de produtos; avaliar riscos do uso de insumos; coletar e analisar produtos para análise laboratorial; inspecionar produtos de origem animal; fazer levantamento epidemiológico de zoonoses; elaborar e executar programas de controle e erradicação de zoonoses; elaborar e executar programas de controle de pragas e vetores; executar programas de controle de qualidade de alimentos; orientar acondicionamento e destino de lixo causador de danos à saúde pública; elaborar programas de controle de qualidade de alimentos; notificar ocorrências de zoonoses às autoridades competentes.
3. Exercer defesa sanitária animal: Elaborar diagnóstico situacional para elaboração de programas; elaborar e executar programas de controle e erradicação de doenças; coletar material para diagnóstico de doenças; executar atividades de vigilância epidemiológica; realizar sacrifício de animais; analisar relatório técnico de produtos de uso veterinário; analisar material para diagnóstico de doenças; avaliar programas de controle e erradicação de doenças; notificar doenças de interesse à saúde animal; controlar trânsito de animais em eventos agropecuários e propriedades.
4. Atuar na produção e controle de qualidade de produtos: Executar análises laboratoriais de controle de qualidade; monitorar padrões de qualidade de matérias-primas e produtos; testar produtos, equipamentos e processos; desenvolver novos produtos; aprimorar produto.
5. Fomentar produção animal: Dimensionar plantel; estudar viabilidade econômica da atividade; estabelecer interface entre informática e produção animal; realizar análise zootécnica; realizar diagnóstico de eficiência produtiva;

desenvolver programas de controle sanitário de plantéis; elaborar projetos de instalações e equipamentos zootécnicos; desenvolver programas de melhoramento genético; avaliar características reprodutivas de animais; elaborar programas de nutrição animal; projetar instalações para animais; supervisionar implantação e funcionamento dos sistemas de produção; aprimorar projetos de instalações e equipamentos zootécnicos; supervisionar qualidade dos ingredientes utilizados na alimentação animal; orientar criação de animais silvestres em cativeiro; controlar serviços de inseminação artificial; adaptar tecnologia de informática à produção animal.

6. Atuar na área de biotecnologia: Manipular genes e embriões de animais; manipular microorganismos e subunidades, para utilização em processos biotecnológicos; utilizar técnicas de criopreservação de material biológico; realizar fertilização in vitro; desenvolver produtos com técnica de biologia molecular; participar em comissões de biossegurança; adotar medidas de biossegurança.

7. Elaborar laudos, pareceres e atestados: Emitir atestado de saúde animal; emitir laudo de necrópsia; emitir parecer técnico; emitir laudo técnico; realizar atividades de peritagem; elaborar projetos técnicos.

8. Utilizar recursos de informática.

9. Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

5 – ODONTÓLOGO

DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES TÍPICAS DO CARGO:

1. Examinar, identificar e tratar clínica e/ou cirurgicamente afecções dos dentes e tecidos de suporte.

2. Restabelecer forma e função.

3. Analisar e interpretar resultados de exames radiológicos e laboratoriais para complementação de diagnóstico.

4. Manter o registro de pacientes atendidos, anotando a conclusão do diagnóstico, tratamento e evolução da afecção para orientação terapêutica adequada.

5. Prescrever e administrar medicamentos.

6. Aplicar anestésicos locais e regionais.

7. Orientar e encaminhar para tratamento especializado.

8. Orientar sobre saúde, higiene e profilaxia oral, prevenção de cárie dental e doenças periodontais.

9. Utilizar recursos de informática.

10. Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

6 – TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES TÍPICAS DO CARGO:

1. Planejar, supervisionar, analisar e reformular o processo de ensino aprendizagem, traçando metas, estabelecendo normas, orientando e supervisionando o cumprimento do mesmo e criando ou modificando processos educativos em estreita articulação com os demais componentes do sistema educacional, para proporcionar educação integral aos alunos.

2. Elaborar projetos de extensão.

3. Realizar trabalhos estatísticos específicos.

4. Elaborar apostilas.

5. Orientar pesquisas acadêmicas.

6. Utilizar recursos de informática.

7. Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

7 – ENGENHEIRO DE PESCA (Resolução N°. 218 do CONFEA de 29 de junho de 1973, Resolução CONFEA, N°. 279, de 15 jun 1983)

DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES TÍPICAS DO CARGO:

1. Supervisão, coordenação e orientação técnica;
2. Estudo, planejamento, projeto e especificação;
3. Estudo de viabilidade técnico-econômica;
4. Assistência, assessoria e consultoria;
5. Direção de obra e serviço técnico;
6. Vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico;
7. Desempenho de cargo e função técnica;
8. Ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica, extensão;
9. Elaboração de orçamento;
10. Padronização, mensuração e controle de qualidade;
11. Execução de obra e serviço técnico;
12. Fiscalização de obra e serviço técnico;
13. Produção técnica e especializada;
14. Condução de trabalho técnico;
15. Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;
16. Execução de instalação, montagem e reparo;
17. Operação e manutenção de equipamento e instalação;
18. Execução de desenho técnico.

ANEXO VI

PROGRAMAS DAS PROVAS ESCRITAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS PARA O CARGO EFETIVO DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO DE EDUCAÇÃO

Este instrumento e o Edital Nº. 03/2009 disciplinam o processo seletivo para a Categoria Funcional referida, não cabendo ao(à) candidato(a) alegar desconhecimento da informação.

NOTA: A relação a seguir contempla as referências bibliográficas básicas, o que não impede que outras sejam utilizadas para a elaboração das questões.

PROGRAMAS:

A - NÍVEL C e D

PARTE I – LÍNGUA PORTUGUESA

- 1 Interpretação de texto.
- 2 Coesão e coerência textuais.
- 3 Análise morfosintática.
- 4 Semântica: significação das palavras, conotação e denotação, ambigüidade.
- 5 Pontuação.
- 6 Sintaxe de concordância, regência e de colocação.
- 7 Crase.
- 8 Paralelismo sintático e semântico.
- 9 Textos de comunicação oficial: aviso, ofício, memorando, correio eletrônico

REFERÊNCIAS SUGERIDAS:

1. BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 28. ed. São Paulo: Nacional, 1983.
2. CUNHA, Celso; LINDEY, Cintra. **Nova gramática do português contemporâneo**. R J: Nova Fronteira, 2002.
3. FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 1990.
4. GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1987.
5. INFANTE, Ulisses. **Curso de gramática aplicada aos textos**. São Paulo: Scipione, 1999.
6. SACCONI, Luiz Antonio. **Nossa gramática: teoria e prática**. 25. ed. São Paulo: Atual, 1999.
7. **Manual de redação da Presidência da República**. (Disponível em www.presidencia.gov.br/legislação)

PARTE II – MATEMÁTICA

1. Números inteiros: operações e propriedades; múltiplos e divisores; problemas.
2. Números racionais: forma decimal e fracionária; operações e propriedades; problemas.
3. Números irracionais e reais: representação na reta; operações e propriedades; problemas.
4. Sistemas Lineares; problemas.
5. Números e grandezas proporcionais: razão e proporção; divisão proporcional; regra de três simples e composta; porcentagem.
6. Juros e descontos simples.
7. Juros compostos.
8. Medidas: sistemas métricos.
9. Geometria: áreas das principais figuras planas; volumes dos principais sólidos.
10. Conjuntos: relação de pertinência e de inclusão; operações; problemas.
11. Funções do 1o e 2o graus: gráficos, equações e inequações, problemas.

12. Funções e equações exponenciais; problemas.
13. Funções e equações logarítmicas; problemas.
14. Progressões: aritméticas e geométricas.

REFERÊNCIAS SUGERIDAS:

1. DANTE, Luiz Roberto. Matemática: Contexto & Aplicações. Volumes 1,2 e 3. São Paulo: Ática, 2003.
2. IEZZI, Gelson et all. Matemática Ciência e Aplicações. Volumes 1,2 e 3. São Paulo: Atual, 2004.
3. PAIVA, Manoel. Matemática. Volumes 1 , 2 e 3. São Paulo:Moderna, 2004.
4. SMOLE, Katia S. e Dinis, Maria Igenes. Matemática. Volumes 1, 2 e 3. São Paulo: Saraiva, 2005.
5. DANTE, Luiz Roberto. Tudo é Matemática. 5a a 8a serie. São Paulo: Ática, 2003.

PARTE III – INFORMÁTICA

1. Sistemas Operacionais (Windows ME/2000/XP, Linux).
2. Fundamentos de Computação (organização e arquitetura de Computadores).
3. Serviços de Internet (correio eletrônico, navegação, acesso remoto, transferência de arquivos).
4. Conceitos e Comandos de Editor de Textos.
5. Conceitos e Comandos de Planilha Eletrônica.
6. Conceitos e Comandos do MS-Internet Explorer.
7. Conceitos e Princípios de Segurança de Informações e Sistemas.

REFERÊNCIAS SUGERIDAS:

1. COURTER, G. Microsoft office 2000 prático e fácil: passos rápidos para o sucesso. SP: Makron Books, 2000.
2. LAUDON, K. C. e LAUDON, J. P. Sistemas de informação gerenciais. 5 ed. São Paulo: Pearson, 2004.
3. MICROSOFT; Office 2000 professional : guia autorizado. 2000.
4. MICROSOFT; Windows 2000 professional: passo a passo. 2000.
5. MORIMOTO, C. Hardware PC: guia de aprendizagem rápida. 2. ed. Rio de Janeiro: Book Express, 2001.
6. NORTON, P. Introdução à informática. São Paulo: Makron Books, 1997.
7. WIRTH, A. Utilizando na prática: internet e redes de computadores. Rio de Janeiro: Alta Books, 2002.

PARTE IV – CONTEÚDOS ESPECÍFICOS: ASSISTENTE DE ALUNOS

1. Declaração Universal dos Direitos Humanos;
2. Relações humanas no trabalho;
3. Conhecimentos básicos sobre diagnóstico e prevenção ao uso de drogas;
4. Noções de primeiros socorros;
5. Noções das características de desenvolvimento psico-social de jovens e adultos;
6. Legislação federal: Constituição Federal de 1988 (Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto);
7. Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e, das fundações públicas federais (Lei Nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas atualizações);
8. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto Nº. 1.171, de 22 de junho de 1994 e suas atualizações);
9. Decreto (federal) Nº 5.154/2004. LDB 9.394/1996. Lei Nº. 8.069/ 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

REFERÊNCIAS SUGERIDAS:

1. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 11. Da nacionalidade - Art. 12 e 13. Da Organização do Estado - Art. 29 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 59 a 83).
2. BRASIL. Lei Nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2009.
3. BRASIL. Decreto Nº. 1.171, de 22 de junho de 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2009.

PARTE V – CONTEÚDOS ESPECÍFICOS: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA

1. Solos: Classes, uso, características, capacidade de uso, manejo e conservação.
2. Topografia: noções gerais, elaboração e representação de levantamentos topográficos.
3. Irrigação e drenagem: conceitos gerais, métodos e uso.
4. Máquinas e implementos agrícolas: tipos, uso, operação, regulagem e manutenção.
5. Horticultura: importância, propagação, viveiros, plantios comerciais, tratos culturais e fitossanitários em olericultura, fruticultura e ornamentais.
6. Sistema de produção (semeadura, espaçamento, densidade de plantio, correção e adubação de solos, controle de pragas e doenças, colheita e armazenamento) das seguintes culturas regionais: milho, feijão, algodão, cana-deaçúcar, abacaxi e mandioca.
7. Produção animal: sistema de criação, manejo alimentar, manejo reprodutivo, e manejo sanitário em avicultura, bovinocultura, caprinocultura, ovinocultura, piscicultura e suinocultura.
8. Higiene de produtos de origem animal: tecnologia de processamento de carnes, leite e seus derivados.

REFERÊNCIAS SUGERIDAS:

1. AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. 517p. il.
2. BALASTREIRE, L.A. Máquinas agrícolas. Ed. Manole, 1990. 307p.
3. BRADY, N. C. Natureza e propriedades dos solos. 7ª ed. Rio de Janeiro: FREITAS BASTOS S/A, 1989. 898 p. il.
4. CAMPOS, O. F. de; LIZIERE, R. S. Gado de leite: o produtor pergunta e a Embrapa responde. Coronel Pacheco: EMBRAPA-CNPGL. Brasília: EMBRAPA-SPI. Brasil. 1993. 213p.
5. COMETTI, N.N. Mecanização agrícola. Colatina: EAFCOL, 2007. 152p.
6. CORREIA, A. A. D. Bioquímica nos solos, nas pastagens e forragens. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986. 815 p. il.
7. EMBRAPA Mandioca e Fruticultura. Brasília, 1999. 480p.il.
8. EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. Sistema brasileiro de classificação de solos. Brasília: Embrapa Produção de Informação; Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2006. 412 p. il.
9. FILGUEIRA, F. A. R. Novo manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. 3ª ed. Editora UFV. Viçosa, MG, 2008. 421p.
10. GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S. da; BOTELHO, R. G. M. Erosão e conservação dos solos. Conceitos, temas e aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 340 p.
11. LANA, G. R. Q. Avicultura. Livraria e Editora Rural. Campinas, SP, 2000. 251p.
12. LIMA, M. R. de... et. al. Diagnóstico e recomendações de manejo do solo: aspectos teóricos e metodológicos. Curitiba: UFPR/Setor de Ciências Agrárias, 2006. 341p. il.
13. MACHADO, A.L.T. & REIS, A.V. Máquinas para o preparo do solo, semeadura, adubação e tratamentos culturais. Pelotas, Ed. UFPel, 1996. 280p.

14. MALAVOLTA, E. Manual de nutrição mineral de plantas. São Paulo: Editora Agronômica Ceres Ltda., 2006. 638p.
15. MARQUES, D. da C. Criação de bovinos. Ed. Nobel. São Paulo, SP, 1984. 479p.
16. MEURER, E. J. Fundamentos de química do solo. Porto Alegre: Gênese, 2000. 174p. il.
17. PINHEIRO JUNIOR, G. C. Caprinos no Brasil. Editora Itatiaia Ltda. Belo Horizonte, MG, 1985. 177p.
18. REIS, A.V.; MACHADO, A.L.T. & TILMANN, C.A. Motores, tratores, combustíveis e lubrificantes. Pelotas, Ed. UFPel, 1999. 315p.
19. SILVA SOBRINHO, A. G. da. Criação de ovinos. 2ª ed., FUNEP. Jaboticabal, SP, 2001. 203p.
20. SPARTEL, L. Curso de topografia. 9ª Ed., Editora Globo, 1987.

B - NÍVEL E

PARTE I – LÍNGUA PORTUGUESA

1. Interpretação de texto.
2. Coesão e coerência textuais.
3. Análise morfosintática.
4. Semântica: significação das palavras, conotação e denotação, ambigüidade.
5. Pontuação.
6. Sintaxe de concordância, regência e de colocação.
7. Crase.
8. Paralelismo sintático e semântico.
9. Textos de comunicação oficial: aviso, ofício, memorando, correio eletrônico.

REFERÊNCIAS SUGERIDAS:

1. BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 28. ed. São Paulo: Nacional, 1983.
2. CUNHA, Celso; LINDEY, Cintra. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
3. FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 1990.
4. GARCIA, Othon M.. Comunicação em prosa moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.
5. INFANTE, Ulisses. Curso de gramática aplicada aos textos. São Paulo: Scipione, 1999.
6. SACCONI, Luiz Antonio. Nossa gramática: teoria e prática. 25. ed. São Paulo: Atual, 1999.
7. Manual de redação da Presidência da República. (Disponível em www.presidencia.gov.br/legislação)
8. BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 28. ed. São Paulo: Nacional, 1983.
9. CUNHA, Celso; LINDEY, Cintra. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
10. FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. São aulo: Ática, 1990.
11. GARCIA, Othon M.. Comunicação em prosa moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.
12. INFANTE, Ulisses. Curso de gramática aplicada aos textos. São Paulo: Scipione, 1999.
13. SACCONI, Luiz Antonio. Nossa gramática: teoria e prática. 25. ed. São Paulo: Atual, 1999.
14. Manual de redação da Presidência da República. (Disponível em www.presidencia.gov.br/legislação).

PARTE II – MATEMÁTICA

1. Números inteiros: operações e propriedades; múltiplos e divisores; problemas.
2. Números racionais: forma decimal e fracionária; operações e propriedades; problemas.
3. Números irracionais e reais: representação na reta; operações e propriedades; problemas.
4. Sistemas Lineares; problemas.
5. Números e grandezas proporcionais: razão e proporção; divisão proporcional; regra de três simples e composta; porcentagem.
6. Juros e descontos simples.
7. Juros compostos.
8. Medidas: sistemas métricos.
9. Geometria: áreas das principais figuras planas; volumes dos principais sólidos.
10. Conjuntos: relação de pertinência e de inclusão; operações; problemas.
11. Funções do 1o e 2o grau: gráficos, equações e inequações, problemas.
12. Funções e equações exponenciais; problemas.
13. Funções e equações logarítmicas; problemas.
14. Progressões: aritméticas e geométricas.

REFERÊNCIAS SUGERIDAS:

1. DANTE, Luiz Roberto. Matemática: Contexto & Aplicações. Volumes 1,2 e 3. São Paulo: Ática, 2003.
2. IEZZI, Gelson et all. Matemática Ciência e Aplicações. Volumes 1,2 e 3. São Paulo: Atual, 2004.
3. PAIVA, Manoel. Matemática. Volumes 1 , 2 e 3. São Paulo:Moderna, 2004.
4. SMOLE, Katia S. e Dinis, Maria Ines. Matemática. Volumes 1, 2 e 3. São Paulo: Saraiva, 2005.
5. DANTE, Luiz Roberto. Tudo é Matemática. 5a a 8a serie. São Paulo: Ática, 2003.

PARTE III – INFORMÁTICA

1. Sistemas Operacionais (Windows ME/2000/XP, Linux).
2. Fundamentos de Computação (organização e arquitetura de Computadores).
3. Serviços de Internet (correio eletrônico, navegação, acesso remoto, transferência de arquivos).
4. Conceitos e Comandos de Editor de Textos.
5. Conceitos e Comandos de Planilha Eletrônica.
6. Conceitos e Comandos do MS-Internet Explorer.
7. Conceitos e Princípios de Segurança de Informações e Sistemas.

REFERÊNCIAS SUGERIDAS:

1. COURTER, G. Microsoft office 2000 prático e fácil: passos rápidos para o sucesso. SP: Makron Books, 2000.
2. LAUDON, K. C. e LAUDON, J. P. Sistemas de informação gerenciais. 5 ed. São Paulo: Pearson, 2004.
3. MICROSOFT; Office 2000 professional : guia autorizado. 2000.
4. MICROSOFT; Windows 2000 professional: passo a passo. 2000.
5. MORIMOTO, C. Hardware PC: guia de aprendizagem rápida. 2. ed. Rio de Janeiro: Book Express, 2001.
6. NORTON, P. Introdução à informática. São Paulo: Makron Books, 1997.
7. WIRTH, A. Utilizando na prática: internet e redes de computadores. Rio de Janeiro: Alta Books, 2002.

PARTE IV – CONTEÚDOS ESPECÍFICOS – ECONOMISTA DOMÉSTICO

1. Fundamentos de Economia Doméstica.
2. Ética e Legislação Profissional. Organização e segurança do trabalho.
3. Relações Interpessoais no Ambiente de Trabalho.
4. Sociologia rural e urbana e noções gerais.
5. Administração familiar, renda familiar e economia familiar.
6. Família e escola.
7. A saúde em ambiente coletivo.
8. Educação sanitária e higiene do lar.
9. Administração do serviço de alimentação.
10. Técnica dietética: Planejamento, seleção e preparo dos alimentos.
11. Aspectos físicos e humanos em Unidades de Alimentação e Nutrição.
12. O funcionamento de Unidades de alimentação e Nutrição.
13. Controle higiênico-sanitário em alimentos.
14. Toxicologia de alimentos.
15. Análises laboratoriais de produtos alimentares.
16. Conservação de alimentos.
17. Legislação Brasileira de alimentos.

REFERÊNCIAS SUGERIDAS:

1. Código de Ética do profissional Economista Doméstico. Guia de Orientação Profissional – CRED II
2. Manual de responsável técnico – Profissional Economista Doméstico – RESOLUÇÃO NORMATIVA CFED Nº.18, de 21 de dezembro de 2004.
3. Regulamentação da profissão de Economista Doméstico - LEI Nº. 7.387, de 21 de outubro de 1985-Presidência da República.
4. NR 17 Manual de aplicação da norma regulamentadora Nº. 17, 2 ed. ,Brasília 2002. Acesso: http://www.mte.gov.br/seg_sau/pub_cne_manual_nr17.pdf
5. CHIAVENATO, Idalberto. Administração: teoria, processo e prática. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2007
6. SOUZA, Agamêmnon Rocha. Introdução à Administração: uma iniciação ao mundo das organizações. Rio de Janeiro, Pontal. 2001
7. DESSEN, M.; POLONIA, A. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. Paidéia (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, Apr. 2007. Acesso: <<http://www.scielo.br/scielo>
8. PAPALIA, D.; S. OLDS. Desenvolvimento Humano. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
9. SANTOS, M. A educação infantil e o lúdico: teoria e prática. Viçosa: Ed. UFV, 2004.
10. ZABALZA, M. Qualidade em educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 1998.
11. PHILIPPI, S. T. Nutrição e Técnica Dietética, São Paulo, Ed. Manole, 2003.
12. SILVA JUNIOR, E. A. Manual de controle higiênico-sanitário em alimentos, São Paulo: Varela, 1995.
13. TEIXEIRA, S. F. M. G., OLIVEIRA, Z. M. C., REGO, J. C., BISCONTINI, T. M. B. Administração aplicada às Unidades de Alimentação e Nutrição, Rio de Janeiro: Atheneu, s/d.
14. ORNELLAS, L. H. Técnica Dietética, 7ª. ed, São Paulo: Atheneu, 2001.
15. RDC 216, de 16 de setembro de 2004. Dispõe sobre o regulamento técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Acesso: <http://www.anvisa.gov.br>.

16. RDC N°. 275, de 21/10/2002 – Regulamento técnico de procedimentos operacionais padronizados aplicados aos estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos. Acesso: <http://www.anvisa.gov.br>.

17. ABERC, Manual ABERC de práticas de elaboração e serviço de refeições para coletividades, 4ª. Ed., São Paulo: ABERC, 2002.

PARTE V – CONTEÚDOS ESPECÍFICOS – MÉDICO VETERINÁRIO

1. Anatomia, fisiologia e patologia de grandes e pequenos animais.
2. Farmacologia e terapêutica clínica geral: antimicrobianos, antiinflamatórios esteróides e não-esteróides, tipos e medicamentos, formas medicamentosas, vias de administração, equilíbrio ácido-básico e hidro-eletrolítico, princípios gerais da fluidoterapia, terapêutica hematológica (transfusões).
3. Imunologia: conceitos gerais sobre antígenos e anticorpos; células do sistema imunológico; mecanismos da resposta humoral; técnicas imunológicas.
4. Epidemiologia geral e aplicada: princípios, definições e classificações; cadeia epidemiológica de transmissão das doenças; métodos epidemiológicos: definições e conceitos, levantamentos de dados, estatística de morbidade, proporções, coeficientes ou taxas de mortalidade, morbidade e letalidade.
5. Patologia clínica: exame de urina; provas de função renal e de função hepática; interpretação do eritrograma e do leucograma; hemostasia e coagulação sanguínea, avaliação laboratorial das alterações da coagulação; exame dos líquidos cavitários; avaliação funcional do pâncreas exócrino e endócrino; colheita de material biológico e conservação. 6. Microbiologia: conceitos básicos e definições.
6. Toxicologia e plantas tóxicas.
7. Doenças infecto-contagiosas e parasitárias. Doenças nutricionais e metabólicas; Semiologia e afecções do sistema respiratório; Semiologia e afecções do sistema cardiocirculatório; Semiologia e afecções do sistema genito-urinário; Semiologia e afecções do sistema nervoso; Semiologia e afecções do sistema digestivo; Dermatologia; Oftalmologia.
8. Hérnias, eventração e evisceração; Oncologia; Traumatologia: fraturas, feridas, contusões, entorses e luxações; Sistema digestório: principais afecções cirúrgicas da cavidade oral, faringe, glândulas salivares, esôfago, estômago, intestino delgado, intestino grosso, ânus e reto; Sistema respiratório: problemas cirúrgicos da cavidade nasal, laringe, traquéia, e pulmões; Sistema genito-urinário: afecções cirúrgicas dos rins, ureteres, bexiga, uretra, próstata, pênis, ovários, útero e vagina.
9. Medicação pré-anestésica: conceitos gerais, indicações, farmacologia dos principais fármacos utilizados na medicação pré-anestésica dos animais de pequeno e grande porte; anestesia local: conceitos gerais, mecanismo de ação dos anestésicos locais, farmacologia das principais fármacos utilizados em anestesia local, técnicas de anestesia local e loco-regional; anestesia geral volátil ou inalatória, anestesia intravenosa e dissociativa em cães e gatos; dor: fisiopatologia, classificação e fármacos utilizados no tratamento e controle da dor.
10. Infecções piogênicas em cirurgia; distrofias cirúrgicas; hérnias, eventração e evisceração; neoplasias; cistos e corpos estranhos; choque; traumatologia: fraturas, feridas, contusões, entorses e luxações.

REFERÊNCIAS SUGERIDAS:

1. ADAMS, H.R. Farmacologia e Terapêutica em Veterinária. 8 ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2003.
2. ANDRADE, S. F. Manual de terapêutica veterinária. São Paulo: Rocca, 1997.
3. CARLTON, W.W.; McGAVIN, M.D. Patologia Veterinária Especial de Thomson. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.
4. DOUGLAS, S.W. & WILLIAMSON, H.D. Diagnóstico radiológico veterinário. Zaragoza, Acribia, 1975.
5. ETTINGER, S.J. & FELDMAN, E.C. Tratado de Medicina Interna Veterinária. 4.ed. São Paulo: Manole, 1997.
6. KERSJES, A.W. Atlas de Cirurgia dos Grandes Animais. São Paulo, 1986.
7. LAMB. Imagens diagnósticas do cão e gato: Perguntas e respostas ilustradas. São Paulo: Livraria Varela, 1997.
8. LIMA, A.O. Métodos de laboratório aplicados à clínica. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.
9. MASSONE, F. Anestesiologia veterinária. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.
10. SLATTER, D. Manual de cirurgia de pequenos animais, v.I e II . 2 ed. Manole.

11. SLOSS, M.W. Parasitologia clínica veterinária. São Paulo: Varela, 1999.
12. SMITH, B. P. Tratado de medicina interna de grandes animais. São Paulo Ed. Manole, 1a ed, 2 vol.,1993.
13. SWENSON, M.J.; REECE, W. Dukes. Fisiologia dos animais domésticos. Rio de Janeiro: 12ª. Ed.Guanabara Koogan. 2008.
14. TAYLOR, R. & McGEHE, R. Manual of Small Animal Postoperative Care. Philadelphia: Williams & Wilkings, 1995.

PARTE VI – CONTEÚDOS ESPECÍFICOS – ODONTÓLOGO

1. Cárie dentária: histopatologia, bioquímica, microbiológicos da cárie, diagnóstico de cárie, risco de cárie; Controle mecânico do biofilme dental; Controle químico do biofilme dental; Flúor: generalidades, uso em odontologia, métodos sistêmico e tópico, toxicidade aguda e crônica; Selantes, restaurações atraumáticas, procedimentos minimamente invasivos.
2. Materiais restauradores e dentística: amálgama, resinas compostas, cimentos de ionômero de vidro; Materiais de proteção complexo dentina-polpa; Clareamento dental.
3. Saúde coletiva: políticas públicas de saúde e de saúde bucal no Brasil, Epidemiologia das doenças bucais: indicadores e medidas da saúde coletiva; Recursos humanos e mercado de trabalho em odontologia; Prevenção das doenças do Cirurgião-Dentista.
4. Normas de biossegurança: Equipamentos de Proteção Geral, Equipamentos de proteção Individual; Esterilização: métodos e processamento de superfícies.
5. Radiologia aplicada à odontologia: Radioproteção; Efeitos biológicos das radiações ionizantes; Fatores que afetam a imagem radiográfica; Técnicas radiográficas intra e extrabucais; Métodos de localização; Aspectos radiográficos das alterações do órgão dentário; Aspectos radiográficos dos cistos e tumores dos maxilares.
6. Noções de Cirurgia Odontológica: Anestesia, controle da dor, controle de ansiedade; Cirurgia oral menor; Situações de Emergência: definição, classificação, incidência, recomendações básicas, legislação; Traumatismo Dentário.
7. Prótese adesiva: direta e indireta; critérios para uma oclusão funcional ótima; Etiologia e identificação dos distúrbios funcionais no sistema mastigatório; Tratamento dos distúrbios funcionais do sistema mastigatório; Terapia oclusal; Preparo de dentes com finalidade protética; Restaurações temporárias e definitivas em prótese fixa; Cimentação temporária e definitiva; Delineadores e delineamento; Apoios, descansos e retentores extracoronários; princípios biomecânicos em prótese parcial removível; planejamento em prótese parcial removível; planejamento das reabilitações protéticas nos pacientes edentados; Moldagens em prótese total, removível e fixa; Relações intermaxilares em prótese total e removível.
8. Endodontia: acessos em dentes anteriores e posteriores; Preparo do canal radicular: instrumental, instrumentação, odontometria, isolamento absoluto e técnicas de obturação.
9. Periodontia: etiologia da doença periodontal; Diagnóstico, prognóstico e plano de tratamento periodontal.
10. Ética e Odontologia: Princípios, código de ética odontológica: direitos fundamentais, deveres fundamentais; relacionamento e sigilo; bioética; Resolução 196/96.

REFERÊNCIAS SUGERIDAS:

1. ANTUNES, J.L.F., PERES, M.A. Epidemiologia da Saúde bucal. Guanabara Koogan, 2006.
2. ANUSAVICE, K. J. PHILLIPS: Materiais Dentários. São Paulo: Elsevier. 11ed.2005.
3. BARATIERY, L.N. Odontologia Restauradora Editora Santos, 1ª ed., 2001.
4. BRASIL. Constituição (1988) – texto constitucional de 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais. 12ª Ed. Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1999. 360 p.
5. Brazil. Portaria n. 453 da Vigilância Sanitária, de 1 de junho de 1998. Diretrizes de proteção radiológica em radiodiagnóstico médico e odontológico.
6. CONCEIÇÃO, E. et al. Dentística: saúde e estética. 2ª ed. Art med. 2007.
7. CORREA, G. A. Prótese total : Passo a Passo . Santos Ed., 2005.

8. DIAS, A.A. Saúde bucal coletiva – metodologia de trabalho e prática, 2006. Editores: Santos, São Paulo.
9. ESTRELA, C.; FIGUEIREDO, J. A. P. Endodontia: princípios biológicos e mecânicos. 1. ed. São Paulo: Artes Médica, 1999.
10. FEJERSKOV, O., KIDD, E. Cárie dentária: a doença e seu tratamento clínico. Santos: São Paulo. 2006.
11. FERREIRA, M.Â.F.; RONCALLI, Â.G.; LIMA, K.C. Saúde Bucal Coletiva: conhecer para atuar. Natal/RN: EDUFRN, 2004.
12. FREITAS, A.; ROSA, J.E.; FARIA E SOUZA, I. Radiologia Odontológica. 6ed. São Paulo: Ed. Artes Médicas, 883P. 2004
13. KLIEMANN, C. e colab. Manual de Prótese Parcial Removível . Santos Ed., 2002.
14. KRIGER, L. Promoção de saúde bucal – paradigma, ciência, humanização, 2003, Editores: Artes Médicas/ABOPREV, São Paulo
15. LANGLAND, R L; LANGLAIS O E. Princípios de Diagnóstico por imagem em Odontologia. São Paulo: Livraria Santos, 464 P 2002.
16. LEONARDO, Mario Roberto. Endodontia : tratamento de canais radiculares. Colaboração de Jayme Mauricio Leal. 3. ed. São Paulo: Medicina Panamericana, 1998.
17. LINDHE, Jan(Ed.) ;KARRING, Thorkild(Ed.);LANG, Niklaus P(Ed.). Tratado de periodontia clinica e implantologia oral. Tradutor et al: Andrea Braga Moleri et al. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
18. OKESON, J. P. Tratamento das Desordens Temporomandibulares e Oclusão. Artes Médicas, 2000.
19. PEGORARO, L. F. Prótese Fixa. Artes Médicas vol. 7 série EAP APCD, 1998.
20. PEREIRA, A. C. (organizador). Odontologia em saúde coletiva: planejando ações e promovendo saúde. Porto Alegre, Artmed, 2003.
21. ROSENTIEL, S. F.; LAND, M. F.; FUJIMOTO, J. Prótese Fixa Contemporanea. Santos Ed. 2005
22. TELLES, D. ; HOLLWEG, H. ; CASTELLUCCI, L. Prótese Total - Convencional e sobre Implantes . Santos Ed., 2 ed. 2004
23. TODESCAN, R. ; SILVA, E. E. B.; SILVA, O. J. Atlas de Prótese Parcial Removível. Santos Ed. 2006.
24. WHAITES, E. Princípios de Radiologia Odontológica. 3ed. Editora ArtMed, 444 P. 2003.

PARTE VII – CONTEÚDOS ESPECÍFICOS – TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS:

1. Sistema educacional: Ensino superior; Gestão e coordenação de processos educativos; Elaboração, desenvolvimento e avaliação de projetos; Utilização das tecnologias da informação e comunicação; Organização do conhecimento; Currículo, diversidade cultural e inclusão social; Concepções de avaliação.
2. Educação, Filosofia e as Pedagogias vigentes na Modernidade: Filosofia da Educação e visão de sociedade e escola (reprodução- transformação);
3. A evolução da Educação Brasileira e a Legislação vigente: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Reforma da Educação Profissional; Diretrizes Curriculares do Ensino Médio
4. As Concepções de Conhecimento e Inteligência e a Prática Docente: Sujeitos do Processo Educativo; O conhecimento e a ação docente: o processo cognitivo; A interdisciplinaridade, a contextualização e a aprendizagem significativa; As contribuições de Piaget e Vygotsky à Educação.
5. Planejamento e Currículo: O Projeto Político Pedagógico e o Trabalho de Equipe; O papel dos Especialistas na coordenação do Planejamento e na Gestão Democrática; O projeto de ensino-aprendizagem e a gestão da sala de aula; O Currículo e a relações com a Cultura e Sociedade
6. A Avaliação da Aprendizagem Escolar: Princípios e valores; Relação professor x aluno.

REFERÊNCIAS SUGERIDAS:

1. BELLONI, M. L. Educação a distância. Campinas, SP: Autores Associados, 1999, p.53-77.
2. BRASIL. Lei n. 9394/1996 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 2 de abril de 2008.

3. BRZEZINSKI, Iria. LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 1997.
4. COSCARELLI, Carla (org.). Novas tecnologias, novos textos, novas formas de pensar. Belo Horizonte, Autêntica, 2002.
5. FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro; FIDALGO, Nara Luciene Rocha. Educação profissional e a lógica das competências. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.
6. GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
7. HERNANDEZ, Fernando e VENTURA, MONTSERRAT. A organização do currículo por projetos de trabalho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
8. HERNANDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.
9. MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
10. PERRENOUD, Philippe. Avaliação – entre duas lógicas: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: ArtMed, 1999.
11. PERRENOUD, Philippe. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
12. SACRISTÁN, J. Gimeno e PÉREZ GÓMEZ, A. I. Compreender e transformar o ensino. Porto Alegre: Artmed, 1998.
13. SACRISTÁN, J. Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 1998.
14. SILVA, Tomaz Tadeu; MOREIRA, Antônio Flávio. (Orgs.). Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1995.
15. TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. O Trabalho docente: Elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.
16. VASCONCELOS, Celso. Projeto Educativo. Cadernos Pedagógicos do Libertad, n.01, SP: 1995.

PARTE VIII – CONTEÚDOS ESPECÍFICOS – ENGENHEIRO DE PESCA

1. Introdução à Engenharia de Pesca: Histórico da Engenharia de Pesca.; Áreas de atuação; Regulamentação do exercício da profissão; Função social do Engenheiro de Pesca; Princípios de formação ética; Oportunidades ocupacionais do Engenheiro de Pesca.
2. Piscicultura: Técnicas de produção, sistema de manejo e crescimento; Cultivo de caraciformes, siluriformes e perciformes de valor econômico; Manejo reprodutivo; Sistema de produção e manejo de ovos, larvas e alevinos; Transporte de ovos, larvas, alevinos, animais adultos e reprodutores.
3. Aspectos da Pesca Brasileira: Generalidades e características do setor pesqueiro; Aspectos institucionais; Estrutura Produtiva; Pesca artesanal e industrial; Pesca extrativa marinha e continental; Produção da aquíicultura; Produção da maricultura; Espécies em destaque; Tecnologia do setor pesqueiro; Frota pesqueira nacional; Recursos humanos; Os incentivos governamentais ao setor pesqueiro: isenções fiscais. Linhas de Crédito; Mercados nacional e externo; Produtos exportados e importados; Balança comercial de produtos pesqueiros; Comercialização; Potencialidades do setor; Alternativas e perspectivas de desenvolvimento.
4. Engenharia para Aquíicultura: Sistemas de cultivo para águas marinhas, estuarinas e doces: confinado, semiconfinado e estruturas flutuantes; Sistemas de aeração; Estudo isolado dos principais materiais de construção; Estruturas rígidas; O solo como elemento de construção; Construção de pequenas barragens, canais e viveiro.
5. Instalações Pesqueiras: Unidades de processamento de pescado: definições e conceitos fundamentais; Elementos legais para implantação de unidades de processamento de pescado; Processos unitários para processamento de pescado; Refrigeração; Elaboração de fluxograma operacional e dimensionamento de unidades de processamento de pescado; Planejamento de instalações físicas de processamento de pescado; Plano gerencial de unidades de processamento de pescado.
6. Introdução a Aquicultura e Nutrição: Aquíicultura e pesca: conceitos básicos; Características de espécies cultiváveis e de sistemas de cultivo; Seleção de áreas: topografia, qualidade do solo e suprimento de água; Requerimentos ambientais e nutricionais; Obtenção de sementes e cultivo larval; Noções de gerenciamento de fazendas de cultivo; Manipulação genética em aquíicultura; Proteínas e seu metabolismo; Carboidratos e seu metabolismo; Lipídeos e seu

metabolismo; Minerais e vitaminas e seu metabolismo; Conceito de exigência nutricional; Exigência nutricional de peixes onívoros; Exigência nutricional de peixes carnívoros; Exigência nutricional de crustáceos; Distúrbios de caráter nutricional.

7. Legislação Pesqueira e de Navegação: Aspectos conceituais da administração pesqueira; Aspectos institucionais da pesca no Brasil; A administração da atividade e a administração dos recursos pesqueiros: princípios e instrumentos; A formação e a capacitação de recursos humanos para o setor pesqueiro; Legislação pesqueira: aspectos conceituais; A lei básica da pesca e a legislação complementar.

8. Administração e Marketing da Pesca: Aspectos conceituais de administração pesqueira; A gestão empresarial dos recursos pesqueiros: princípios e instrumentos.

9. Manejo e Gestão de Ecossistemas aquáticos: Hidrologia das bacias hidrográficas; Determinação e relação dos processos básicos referentes ao balanço de água; Inundação e sedimentação; Relação entre clima, topografia, geologia e solo, vegetação e usos da terra; Zoneamento agroecológico em bacias hidrográficas; Morfogenese de rios, lagos e planícies de sedimentação, Poluição Hídrica e autodepuração; EIA-RIMA.

10. Manejo na Piscicultura: Aspectos gerais da criação de peixes; Espécies próprias para piscicultura; Instalações e equipamentos; Calagem e adubação; Manejo alimentar; Manejo reprodutivo; Larvicultura; Técnicas de cultivo em piscicultura; Manejo profilático e sanitário; Melhoramento genético de peixes.

11. Manejo na Ranicultura e Aqüicultura: Aspectos gerais da criação de rãs; Espécies próprias para cultivo. Instalações e equipamentos; Manejo reprodutivo; Manejo de eclosão; Manejo de girinos, manejo de engorda, manejo alimentar; Competidores; Pragas e doenças; Conhecimento sobre controle e aumento da produção aquícola, melhoramento genético do cultivo de peixes, produtividade natural e total de viveiros, cultivo de organismos marinhos e de água doce, abrangendo reprodução, larvicultura, alevinagem, seleção, nutrição e engorda.

REFERÊNCIAS SUGERIDAS:

1. ALTANIR J. Gava Princípios de tecnologia de alimentos. Nobel, 1998. ISBN: 521301324.
2. BATALHA, M. O. (organizador). Gestão Agroindustrial. Vol. I. 2.ed. São Paulo, Editora Atlas, 2001. ISBN: 8522427895
3. BATALHA, M. O. (organizador). Gestão Agroindustrial. Vol II. 3 ed. São Paulo, Editora Atlas, 2001. ISBN: 8522427887.
4. DIAS NETO, J. 2003. Gestão do uso dos recursos pesqueiros marinhos no Brasil. Brasília: Ibama. 242 p. ISBN: 85- 7300-150-x.
5. ELLIOTT, M. 2002. Fishes in Estuaries. Blackwell Science (UK), 656 p. ISBN: 0632057335
6. GARUTTI, V. 2003. Piscicultura ecológica. São Paulo, Editora UNESP. 332p. ISBN: 8571394709. (2 unidades)
7. MARRUL FILHO, S. 2003. Crise e sustentabilidade no uso dos recursos pesqueiros. Brasília: Ibama. 148 p. ISBN:85-7300-149-6.
8. PAIVA, Meuquiades Pinto. Administração Pesqueira no Brasil. 1. Edição. Editora Interciência.
9. NELSON, J.S. 1984. Fishes of the World. John Wiley & Sons, N. Y. 523 p.
10. NOGA, EDWARD J. 2000. Fish Diseases: Diagnosis and Treatment. Iowa State University Press, 378 p. ISBN: 081382558X.
11. MARDINI, Lucia B. L. Ferreira; Calos Viruez. Cultivo de Peixes. Editora ULBRA.
12. SANTOS, Eurico. Pesca e Piscicultura. Editora Itatiaia.
13. OGAWA, Massaioshi; MAIA, Everardo Lima. Manual de Pesca – Ciência e Tecnologia do Pescado. Editora Varela.
14. OLIVEIRA, G. M. 2005. Pesca e aqüicultura no Brasil, 1991-2000: produção e balanço comercial. Brasília: Ibama. 260 p. ISBN: 85-7300-194-1.
15. OGAWA, MASAYOSEI, JOHEY (Editores). Manual de Pesca, AEP-CE. Fortaleza, Ceará, 1987.
16. PAVANELLI, G. C.; EIRAS, J. C.; TAKEMOTO, R. M. 1998. Doenças de Peixes. Profilaxia, Diagnóstico e Tratamento. Maringá, EDUEM. 264p. ISBN: 8585545283.
17. POMPEO, M. L. M.; MOSCHINI-CARLOS, V. 2003. Macrófitas Aquáticas e Perifíton. Aspectos Ecológicos e Metodológicos. São Paulo, Editora Rima. 134p. ISBN: 8586552569.

18. PAIVA, M. P. 1997. Recursos Pesqueiros Estuarinos e Marinhos do Brasil. UFC Edições, Fortaleza. 286 p.
19. POUGH, F. H., HEIS, J. B., JANIS, C.H. 2003. A vida dos Vertebrados, Atheneu Editora, 3ª Edição, 699 p.
20. VALENTI, W. C. 2000. Aqüicultura no Brasil: Bases para um desenvolvimento sustentável. Brasília: CNPq/Ministério da Ciência e Tecnologia. 399p.
21. ZAVALA-CAMIM, L. A. 1996. Introdução aos estudos sobre alimentação natural em peixes. Maringá, EDUEM. 129p. ISBN: 8585545208.

ANEXO VIII

Preencha os campos a seguir para efetuar sua impressão. **(Diretamente no Endereço Eletrônico acima referido)**

Os campos acompanhados por (*) são obrigatórios. **(com os dados do modelo abaixo)**

Quando estiver em dúvida em relação ao número do código da UG, da Gestão da UG ou do código de recolhimento, clique no respectivo botão de consulta para pesquisar pelo nome.

Unidade

Favorecida

Código (*) 153221	Gestão (*) 26313	Nome da Unidade ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE COLATINA
-----------------------------	----------------------------	--

Recolhimento

Código (*) 28883-7	Descrição do Recolhimento TAXA DE INSCRICAO EM CONCURSO PUBLICO
------------------------------	---

Número de Referência

(Nº. da inscrição)

Competência (mm/aaaa)

(mês atual)

Vencimento (dd/mm/aaaa)

(é a data em que será feito o pagamento dentro do prazo de inscrição)

Contribuinte

CNPJ ou CPF (*)
(cfp candidato)

Nome do Contribuinte (*)
(nome do candidato)

(=) Valor Principal (*)
(valor taxa)

(-) Descontos/Abatimentos

(-) Outras Deduções

(+) Mora/Multa

(+) Juros/Encargos

(+) Outros Acréscimos

(=) Valor Total (*)
(valor taxa)

Selecione uma opção de geração:

Geração em HTML (recomendada)